

Antipolítica e Democracia no Pós-2008: Um Estudo sobre os Mecanismos de Despolitização da Esfera Pública no Brasil Atual

Fabício Luiz Fernandes Marcos

Orientadora: Professora Doutora Maria da Conceição Pequito Teixeira

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Ciência Política

Lisboa
2018

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Antipolítica e Democracia no Pós-2008: Um Estudo sobre os Mecanismos de Despolitização da Esfera Pública no Brasil Atual

Lisboa
2018

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

NOME: Fabrício Luiz Fernandes Marcos

MESTRADO EM: Ciência Política

ORIENTADORA: Maria da Conceição Pequito Teixeira

DATA: 25 de setembro de 2018

TÍTULO DA TESE: Antipolítica e Democracia no Pós-2008: Um Estudo sobre os Mecanismos de Despolitização da Esfera Pública no Brasil Atual

RESUMO

Esta dissertação pretende investigar os impactos das práticas e discursos neoliberais para a estabilidade das instituições democráticas no pós-2008, tanto no contexto internacional, como no caso brasileiro. Para tal, propomos uma análise daquilo que chamamos os *mecanismos de despolitização da esfera pública* em duas categorias distintas: ideológico-discursiva e político-institucional. Através da combinação entre abordagens teóricas e observações empíricas, este trabalho resulta num esforço em propor uma perspectiva alargada sobre o atual quadro de crise política, caracterizada não apenas pela apatia e desconfiança institucional, como pela ascensão de movimentos e lideranças antipolíticas. Nesse sentido, será demonstrado como esses mecanismos fomentaram, ao longo dos anos 1990 e 2000, uma conjuntura propícia para a insatisfação popular, inviabilizando a construção de alternativas políticas reais. Relativamente ao caso brasileiro, analisaremos a atuação dos mecanismos de despolitização a partir de índices oficiais fornecidos por instituições brasileiras e internacionais, documentos jornalísticos, pesquisas de monitoramento nas redes sociais, além de contribuições especializadas sobre o tema. Por fim, concluímos que esse contexto pode aprofundar ainda mais a crise institucional, principalmente quando o discurso antipolítico é capitalizado por lideranças sem qualquer comprometimento com a defesa dos direitos humanos.

Palavras Chave: Neoliberalismo; Democracia; Antipolítica; Despolitização; Esfera Pública

TÍTULO DA TESE: Anti-politics and Democracy Post 2008: A Study of the Mechanisms of Depoliticisation of the Public Sphere in Brazilian Present-Day

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to investigate the impacts of neoliberal practices and discourses on the stability of democratic institutions post 2008, both in the international context and in the Brazilian case. To achieve this goal, we propose an analysis of what we call the *depoliticisation of the public sphere* in two distinct categories: ideological and discursive; and political and institutional. Through the combination of theoretical approach and empirical observations, this dissertation results in an effort to propose a broad perspective on the current landscape of political crisis, characterised not only by apathy and institutional distrust, but also by the rise of anti-political movements and leaderships. In this sense, it will be demonstrated how these mechanisms fostered, over the years 1990 and 2000, a favourable scenario for popular dissatisfaction, making it difficult to construct real political alternatives. Regarding the Brazilian case, we will analyse the mechanisms of depoliticisation based on official sources of indexes provided by Brazilian and international institutions, journalistic documents, monitoring surveys on social networks, as well as specialised contributions on the subject. Finally, we conclude that this context can further aggravate the institutional crisis, especially when the anti-political discourse is capitalised by leaderships deprived of any commitment to human rights values.

Keywords: Neoliberalism; Democracy; Anti-politics; Depoliticisation; Public Sphere.

“Depoliticisation is the oldest task of politics, the one which achieves its fulfilment at the brink of its end, its perfection on the brink of the abyss.”

Jacques Rancière

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
1.1 REVISÃO DA LITERATURA.....	3
1.2 MODELO TEÓRICO ADOTADO.....	5
1.3 HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO.....	6
1.4 CONCEITOS FUNDAMENTAIS E SUA OPERACIONALIZAÇÃO.....	7
2. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	9
2.1 DESENHO DE INVESTIGAÇÃO E OPÇÕES METODOLÓGICAS.....	9
3. O CONTEXTO DE DÉFICE DEMOCRÁTICO.....	10
3.1 A CRISE DE 2008 E AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE.....	12
3.2 O DECLÍNIO DA DEMOCRACIA A NÍVEL GLOBAL.....	14
3.3 A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL E A CONFIANÇA POLÍTICA.....	16
3.4 A REAÇÃO À AUSTERIDADE E OS NOVOS POPULISMOS.....	19
4. NEOLIBERALISMO E O “FIM DA HISTÓRIA”.....	22
4.1 O NEOLIBERALISMO COMO RACIONALIDADE POLÍTICA.....	23
5. OS MECANISMOS DE DESPOLITIZAÇÃO.....	28
5.1 A DIMENSÃO IDEOLÓGICA E DISCURSIVA.....	29
5.2 A DIMENSÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL.....	35

6. O TRIUNFO DA ANTIPOLÍTICA.....	38
6.1 A MORALIZAÇÃO DO DEBATE PÚBLICO.....	40
6.2 A ANTIPOLÍTICA NOS CONTRAMOVIMENTOS.....	41
7. O CASO BRASILEIRO.....	45
7.1 O QUADRO DE CRISE POLÍTICA.....	45
7.2 O NEOLIBERALISMO NO BRASIL.....	49
7.3 OS MECANISMOS IDEOLÓGICOS E DISCURSIVOS.....	53
7.4 OS MECANISMOS POLÍTICOS E INSTITUCIONAIS.....	56
7.5 ANÁLISE DOS CONTRAMOVIMENTOS RECENTES.....	59
CONCLUSÃO.....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	68
ANEXOS.....	82

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: O estado da democracia global em 2008 e 2017.....	17
Quadro 2: O declínio da democracia brasileira de 2014 e 2017.....	59

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Doze anos de declínio democrático.....	15
Figura 2: Participação eleitoral a nível mundial entre 1950 e 2015.....	18
Figura 3: Confiança nos políticos.....	47
Figura 4: As dez páginas sobre política com mais seguidores no Facebook.....	62

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1: Newsweek, fevereiro de 2009.....	82
Anexo 2: Revista Veja: capa de 10 de maio de 2017.....	83
Anexo 3: Seleção de capas da revista Veja sobre Lula da Silva.....	84
Anexo 4: Seleção de capas da revista Veja sobre Sérgio Moro.....	85
Anexo 5: O pano de fundo para a divulgação de escutas telefônicas na Rede Globo.....	86

INTRODUÇÃO

Após a queda do Muro de Berlim e o subsequente fim da Guerra Fria, o regime neoliberal finalmente triunfava enquanto paradigma dominante à escala global. Nesse sentido, políticas de redução de gastos públicos, privatização de estatais, câmbio flutuante e a abertura económica se tornavam algumas das diretrizes norteadoras desse modelo, ao passo que as instituições de Bretton Woods (nomeadamente o Banco Mundial e o FMI) se consolidaram como importantes mecanismos de reestruturação das economias nacionais (Chossudovsky, 1999: 28).

Ainda que esse aspecto económico seja fundamental para a compreensão do triunfo neoliberal, esse fenómeno deve ser concebido num sentido mais amplo, abrangendo também as práticas e discursos associados a uma forma específica de conceber o Estado, a política e a própria sociedade. Referimo-nos, portanto, a uma “racionalidade neoliberal” cujas implicações vão muito além da questão económica (Brown, 2005: 40).

Foi assim que, ao longo dos anos 1990 e 2000, a hegemonia neoliberal manteve-se incontestável na medida em que um número crescente de países adotava esse paradigma em seus ordenamentos internos. Termos como “governança” e “política não-partidária” obtinham cada vez mais centralidade nas pautas políticas; o dissenso era substituído pelo consenso (Rancière, 2004); e até mesmo tradicionais partidos de esquerda aderiam à chamada *Third Way*. Diante desse cenário, a esfera pública¹ parece ter perdido sua funcionalidade política, uma vez que os cidadãos foram sistematicamente privados de alternativas políticas reais. Em outras palavras, as práticas e discursos relacionados à hegemonia neoliberal implicaram uma série de mecanismos de despolitização da esfera pública, e será justamente esse o aspecto central a ser investigado nesta dissertação.

O facto é que, após a crise de 2008, alguns indicadores e acontecimentos recentes denunciaram a fragilidade do sistema democrático neoliberal. Um dos principais sintomas dessa crise institucional-democrática é, sem dúvidas, o recuo nos índices de liberdade e de confiança política (OCDE, 2017), porém há outros aspectos que merecem igual preocupação. O regresso da extrema-direita, a ascensão de partidos xenófobos e as recentes manifestações de grupos racistas no cerne da civilização Ocidental colocam em xeque, mais uma vez, os limites da crença

¹ Segundo Habermas ([1962], 1991), a esfera pública refere-se à “arena de debate público em que os assuntos de interesse geral podem ser discutidos e as opiniões podem ser formadas” (Giddens e Sutton, 2015: 219).

incondicional na razão como norteadora do progresso civilizacional. Assim como já denunciavam Weber ([1905], 2005) e Horkheimer ([1947] 2004), o desenvolvimento automatizado da sociedade por meio de uma racionalidade técnica acarretaria em efeitos extremamente nocivos ao funcionamento do próprio sistema.

Diante desse contexto marcado por populismos antipolíticos, esta investigação terá como objetivo central analisar os impactos dos mecanismos de despolitização neoliberal para a estabilidade da democracia liberal no pós-2008, tanto no contexto internacional, em geral, como no caso brasileiro, em particular. Cumpre ressaltar, no entanto, que este trabalho não tem a pretensão de colocar esses mecanismos como causas únicas dos atuais desafios enfrentados pelas democracias contemporâneas. Em vez disso, pretende-se compreender em que medida as práticas e discursos conformadores do paradigma neoliberal contribuíram para despolitizar a esfera pública, resultando, assim, no esvaziamento das próprias instituições democráticas.

A motivação que está na base deste trabalho, bem como a sua relevância científica, consiste em propor uma abordagem alargada que contemple, simultaneamente, elementos estruturais e discursivos, evitando-se, assim, eventuais reducionismos de análise. Acreditamos que perspectivas unidimensionais são insuficientes para explicar a complexidade dos atuais desafios políticos e, nesse sentido, o modelo aqui proposto pode ser útil para avançar novos contributos analíticos. Por fim, cumpre ressaltar que a despolitização ainda é pouco investigada, tanto em Portugal como no Brasil, o que reforça nossa decisão de explorar não só esse tema, como a sua própria relação com a democracia.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 REVISÃO DA LITERATURA

Com o intuito de investigar os mecanismos de despolitização e seus efeitos para a qualidade da democracia, torna-se necessário contextualizar o atual cenário de crise institucional. Nesse sentido, o relatório *Government at a Glance* (OCDE, 2017) e os dados do Banco Mundial (2017, 2018) apresentam alguns indicadores importantes sobre o declínio da confiança na classe política. Os índices da Freedom House (2018) e do The Economist (2018) também são pertinentes por demonstrarem um declínio global nos índices democráticos.

Uma vez contextualizado empiricamente esse cenário, será feita uma abordagem teórica sobre a natureza do neoliberalismo e suas implicações para a despolitização da esfera pública. Conforme aponta Wendy Brown (2005), as práticas e discursos neoliberais devem ser concebidos a partir de um sentido mais amplo de racionalidade, e não somente como orientações económicas. Por outras palavras, o mercado se constitui como “princípio regulador do Estado e da sociedade” (Brown, 2005:41).

Partindo da mesma premissa, Esposito (2014: 149) defende que essa nova forma de governança baseada na lógica de mercado resulta na crise de legitimidade da democracia liberal. Segundo a autora, essa “economização” da política implica a extensão do modelo corporativo de competição a toda sociedade, resultando, inevitavelmente, na substituição do princípio de “justiça social” por uma lógica de mercado (*id. ibid*).

Ao determinar que tanto o Estado como a sociedade possam ser regulados através de um livre e espontâneo funcionamento das forças do mercado, o modelo neoliberal pressupõe que os atores envolvidos — associações, multinacionais, ONGs — agem de forma racional com vista a atender suas próprias necessidades (Brown, 2005:42). Portanto, o paradigma neoliberal é fortemente influenciado por uma perspectiva de progresso movido pela razão, o que nos leva a resgatar a análise de Max Weber sobre a tendência para a racionalização nas sociedades modernas, na qual a ação social racional com relação aos fins suplantaria todas as outras formas de ação social (Weber [1905], 2005).

Assim, a principal expressão desse processo de “economização” da política seria justamente através de uma racionalidade tecnocrática característica do neoliberalismo. Conforme apontam Madra e Adaman (2013: 2), “tal economização da sociedade, traduzida pela

naturalização dos processos económicos e pela tecnocratização de sua governança, determina sua despolitização”.²

De modo geral, a despolitização pode ser entendida como o “desaparecimento ou recuo do político, tanto em reflexões teóricas como nas formas aparentes” (Swyngedouw e Wilson, 2014: 5).³ Com o intuito de melhor operacionalizarmos esse conceito, acrescentaremos um importante conceito avançado por Jürgen Habermas ([1962], 1991): a esfera pública, concebida como a “arena de debate público em que os assuntos de interesse geral podem ser discutidos e as opiniões podem ser formadas” (Giddens e Sutton, 2015: 219). Portanto, a despolitização da esfera pública significa o esvaziamento da funcionalidade política desse ambiente, no qual os indivíduos podem manifestar-se enquanto agentes políticos.

Compreende-se, então, que o neoliberalismo contribuiu para despolitizar a esfera pública na medida em que o potencial reivindicatório do *demos* foi neutralizado. No entanto, a maneira pela qual tais processos se desenvolvem no Estado e na sociedade não fica clara a partir unicamente dessa abordagem. Por conseguinte, propomos uma abordagem teórica e empírica dos mecanismos de despolitização que terá em conta duas dimensões de análise, a saber:

I) A dimensão ideológica e discursiva:

O nível de análise ideológico e discursivo refere-se às narrativas predominantes da doutrina neoliberal. Nas sociedades neoliberais, um desses aspectos ideológicos seria a supressão do dissenso como forma de debate político, questão avançada tanto por Jacques Rancière (2004), bem como por Chantal Mouffe (2005). Outros elementos desse discurso hegemónico são a noção de neutralidade pós-ideológica, sustentada por Swyngedouw e Wilson (2014), assim como a retórica anti-Estado, utilizada no sentido de desqualificar o Estado como sendo ineficiente e autoritário (Crouch, 2011).

II) A dimensão política e institucional:

Essa esfera está relacionada às mudanças estruturais nas instituições políticas que contribuem para a despolitização da esfera pública. Nesse sentido, analisaremos o processo de

² Tradução própria.

³ Tradução própria.

transformação dos partidos, resultado do “esbatimento de suas diferenças ideológicas e programáticas” (Martins, 2015: 113). Essa homogeneização partidária pode ser ilustrada a partir da adesão de partidos social-democratas à agenda neoliberal (a chamada “*Third Way*”), processo iniciado com os Novos Democratas de Bill Clinton e que depois se firmou com o *New Labour* no Reino Unido (Crouch, 2011:162).

A partir deste modelo de análise, pretende-se demonstrar como as práticas e discursos do neoliberalismo podem estar relacionados com a erosão da democracia liberal em dois diferentes níveis, sobretudo em razão de seus impactos para a despolitização da esfera pública. Compreender esses mecanismos pode ajudar a explicar, por exemplo, porque tantos movimentos contemporâneos de contestação se articulam num sentido antipolítico, privilegiando outras identidades que não o tradicional espectro político-partidário (Rendueles, 2017:221). Uma vez contextualizado teoricamente esses elementos, investigaremos a atuação dos mecanismos de despolitização no Brasil, buscando evidências empíricas que retratem as transformações políticas ocorridas no âmbito do neoliberalismo brasileiro. Por fim, apresentaremos um breve panorama dos atuais contramovimentos, identificando a sua relação com a antipolítica.

1.2 MODELO TEÓRICO ADOTADO

O trabalho proposto se apoiará em três leituras teóricas que serão fundamentais ao longo da pesquisa. A abordagem pós-política, cujos principais expoentes são Jacques Rancière (2004), Chantal Mouffe (2002, 2005, 2013) e Slavoj Žižek (1999), será utilizada no sentido de contextualizar a ascensão da “política de consenso” no âmbito do neoliberalismo. De acordo com esses autores, a pós-política seria uma “condição caracterizada pelo consenso em torno da inevitabilidade do atual modelo capitalista, da democracia parlamentar como o ideal político, e do cosmopolitismo inclusivo como uma fundação moral” (Swyngedouw, 2009: 609).⁴

O segundo marco teórico se apoiará no conceito clássico de *hegemonia* avançado por Antonio Gramsci ([1948-1951] 1971). Conforme já mencionado, essa abordagem será utilizada com o intuito de enquadrar a dimensão ideológica dos mecanismos de despolitização. Segundo a perspectiva *gramsciana*, a hegemonia seria caracterizada por um consentimento passivo a certos valores e ideias, e não pela coerção (Coutinho, 2010: 30). Nesse sentido, a retórica anti-

⁴ Tradução própria com adaptação do mestrando.

Estado, a política de consenso e a noção de neutralidade tecnocrática, apesar de estarem diretamente identificadas na doutrina neoliberal, assumem um aspecto não-político e universal, sendo internalizados e reproduzidos por parcelas da sociedade.

O terceiro marco refere-se à teoria do *duplo movimento*, desenvolvida por Karl Polanyi em *A Grande Transformação* ([1944] 2000). O autor afirma que a gradual mercantilização de todas as esferas da vida acaba resultando numa reação por parte da sociedade civil. Essa resistência seria motivada por um instinto de autoproteção, dando origem aos chamados “contramovimentos”. Portanto, essa contribuição teórica será importante para compreendermos o expressivo aumento de movimentos contestatórios nas sociedades contemporâneas após a crise de 2008 e, mais especificamente, na sociedade brasileira.

1.3 HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

Para a realização desta dissertação de mestrado, buscou-se testar as seguintes hipóteses:

H1: Quanto maior é a hegemonia do neoliberalismo enquanto paradigma teórico e prático, maior é a presença e atuação dos mecanismos de despolitização da esfera pública.

H2: Quanto maior é a presença e a atuação dos mecanismos de despolitização, tanto maior é a rejeição à classe política.

H3: Quanto maior é a presença e a atuação dos mecanismos de despolitização, tanto maior é a desconfiança nas instituições democráticas.

H4: Quanto maior a insatisfação com as instituições democráticas, maior a probabilidade de ascensão de grupos (partidos, líderes e candidatos) antipolíticos de viés antidemocrático.

Considerando ainda que os mecanismos de despolitização serão analisados a partir de duas dimensões distintas, podemos dividir a primeira hipótese da seguinte forma:

Sub-hipótese 1: Quanto maior é a hegemonia do neoliberalismo enquanto paradigma teórico e prático, maior é a presença e atuação dos mecanismos ideológicos e discursivos de despolitização.

Sub-hipótese 2: Quanto maior é a hegemonia do neoliberalismo enquanto paradigma teórico e prático, maior é a presença e atuação dos mecanismos políticos e institucionais de despolitização.

1.4 CONCEITOS FUNDAMENTAIS E SUA OPERACIONALIZAÇÃO

Tendo em conta as hipóteses apresentadas, os conceitos fundamentais deste trabalho serão *hegemonia*, *neoliberalismo*, *despolitização da esfera pública*, *mecanismos de despolitização*, *classe política*, *antipolítica* e *democracia*.

O conceito de *hegemonia* será utilizado a partir da contribuição de Antonio Gramsci ([1948-1951] 1971), entendido como o predomínio de determinado sistema de ideias e valores através de uma ampla adesão consensual na sociedade. Nesse sentido, os interesses específicos dos grupos dominantes são estendidos a toda a sociedade de forma pretensamente universal.

Para o conceito de *neoliberalismo*, nos apoiaremos na definição proposta por Wendy Brown (2005), entendida como uma racionalidade capaz de “estender e disseminar valores do mercado a todo tipo de instituições e ação social” (2005: 39-40). Essa acepção mais alargada permitirá abranger a dimensão subjetiva de análise (o campo discursivo/ ideológico).

Já o conceito de *despolitização da esfera pública* pode ser compreendido como o esvaziamento da funcionalidade política da esfera pública, isto é, a retirada do caráter político da arena de debate pública, reduzindo a capacidade de ação política dos indivíduos. Conforme mencionamos, esse conceito foi proposto a partir da junção entre a acepção mais alargada avançada por Swyngedouw e Wilson (2014: 5) — o “desaparecimento ou recuo do político, tanto em reflexões teóricas como nas formas aparentes” — com o conceito clássico de esfera pública proposto por Habermas ([1962], 1991). Portanto, os *mecanismos de despolitização (da esfera pública)* serão a principal contribuição teórica proposta para este trabalho, sendo classificados segundo as duas dimensões apresentadas.

O conceito de *classe política* será utilizado a fim de abranger o grupo de parlamentares (políticos) eleitos e detentores de determinado mandato público. Na verdade, esse termo é comum em pesquisas brasileiras que medem o nível de rejeição política, sendo utilizado vulgarmente como o conjunto de representantes políticos de um país. Quanto à *antipolítica*, utilizaremos a seguinte definição proposta por Wood (2016: 522): “um fenómeno social de declínio no interesse e engajamento político provocado por discursos, políticas e instituições neoliberais”. Dessa forma, identificamos a antipolítica como um desdobramento social dos mecanismos de despolitização.

O conceito de *democracia liberal*, por sua vez, pode ser entendido como o atual modelo democrático vigente e caracterizado como o governo “de todos através de representantes escolhidos por todos, assentando nos mecanismos da igualdade de direito, da liberdade de expressão e do *fair trial*.” (Maltez, 2009a). De forma complementar, acrescenta-se que esse sistema tem como instituições e valores principais as “eleições livres, democracia representativa e distribuição igualitária das liberdades individuais” (Brown, 2005:46).

Posto isto, podemos operacionalizar os conceitos fundamentais da seguinte forma:

- 1) O neoliberalismo consolidou-se como paradigma político-económico hegemónico a partir dos anos 1990, impulsionando suas práticas e discursos a nível global.
- 2) Em razão de sua natureza tecnocrática orientada pelo mercado, muitos desses discursos e práticas atuaram como mecanismos de despolitização da esfera pública, contribuindo para o aumento da rejeição à classe política e à redução de confiança nas instituições democráticas.
- 3) A principal consequência desse processo é o triunfo da antipolítica, expressa tanto pelos níveis decrescentes de participação política como pela ascensão de candidatos antipolíticos.

2. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

2.1 DESENHO DE INVESTIGAÇÃO E OPÇÕES METODOLÓGICAS

No que se refere ao desenho de investigação, utilizaremos o método hipotético-dedutivo. A opção por uma abordagem hipotético-dedutiva pressupõe que a nossa pesquisa se inicie com a descoberta de um problema (ou seja, a redução de confiança nas instituições democráticas e a ascensão de movimentos antipolíticos), a sua descrição e contextualização clara e precisa no sentido da adoção de um modelo explicativo simplificado, a partir do qual serão deduzidas as hipóteses de investigação. Estas hipóteses serão depois testadas através da recolha e análise da evidência empírica, dando início a um novo ciclo, que corresponde à adição ou à introdução de novos elementos às teorias existentes.

A metodologia inicialmente escolhida seria do tipo misto, ou seja, tanto qualitativa como quantitativa. No entanto, levando-se em conta o carácter profundamente subjetivo e multidimensional do tema em questão, bem como as próprias limitações estruturais de uma dissertação de mestrado, optamos por uma metodologia qualitativa baseada em análise bibliográfica (com ênfase em pesquisas científicas e contribuições teóricas) e de documentos jornalísticos. Paralelamente, utilizaremos estatísticas fornecidas por relatórios internacionais, levantamentos de institutos de pesquisa e dados sobre monitoramento políticos nas redes sociais a fim de reunir evidências para testar as hipóteses, respondendo, assim, à pergunta de partida inicial. Também espera-se que os resultados obtidos ao final do trabalho possibilitem a formulação de novas hipóteses, viabilizando futuras pesquisas sobre este mesmo tema. Posto isto, esta investigação tem como preocupação central a promoção de um trabalho que apresente um teor não apenas descritivo e compreensivo do tema pesquisado, mas também, e sobretudo, explicativo, contribuindo para o debate político atual e avançando novos contributos teóricos.

3. O CONTEXTO DE DÉFICE DEMOCRÁTICO

Tudo se discute neste mundo. Menos uma única coisa que não se discute, a democracia. A democracia está aí, como se fosse uma espécie de santa do altar de quem já não se espera milagres. (Saramago, 2005)

De acordo com sua acepção morfológica literal, democracia significa governo (*kratein*) do povo (*demos*). Ainda que o entendimento sobre a melhor forma de institucionalizar, na prática, a comunhão entre esses dois termos seja objeto de divergências, a democracia tornou-se um ideal defendido por quase todos aqueles que advogam uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, o problema parece ainda mais delicado se considerarmos que conceitos como justiça e igualdade tampouco possuem alcance consensual absoluto. Portanto, não é difícil constatar a complexidade inerente ao projeto democrático e aos desafios de se aprimorar continuamente a sua instrumentalização, evitando que o “governo do povo” seja reduzido a meras fórmulas procedimentais.

A Declaração Universal sobre a Democracia, adotada pelo Conselho Interparlamentar da UNESCO em 1997, parece simbolizar algum esforço nesse sentido ao definir a democracia tanto como um ideal a ser perseguido, como a melhor forma de governo para preservar a dignidade e os direitos fundamentais do indivíduo (UNESCO, 1997: 2). O documento determina ainda que esse seria “o único sistema político com a capacidade de autocorreção” (id. *ibid.*)⁵. Não obstante, uma série de indicadores e desdobramentos políticos recentes parecem denunciar a existência de alguma debilidade no referido mecanismo de perfectibilidade. O que está em questão não é meramente a democracia enquanto projeto de sociedade, mas sobretudo a forma institucional utilizada para se atingir esse fim. Referimo-nos, portanto, à democracia representativa liberal.

A despeito dos esforços em consolidar a democracia como um conjunto de valores que transcendem a sua pura forma institucional, a teoria democrática liberal inevitavelmente sofreu fortes influências das concepções procedimentalistas, nomeadamente a partir do período do pós-guerra. Neste ponto, é interessante resgatar a percepção *schumpeteriana* de democracia, entendida como “um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa)” (Schumpeter, [1942] 1961: 296). De forma similar, Norberto Bobbio definiu a democracia “como a forma de governo caracterizada por um conjunto de regras que permitem a mudança dos governantes sem necessidade de usar

⁵ Tradução própria.

a violência” (Bobbio, 1996: 233). Ou seja, essa noção procedimentalista é parte conformadora da própria concepção hegemónica de democracia consolidada ao longo do século XX (Santos, 2002: 43-6). Nesse sentido, o relatório *The Crisis of Democracy*, publicado pela Comissão Trilateral⁶ em 1975, possui uma conotação particularmente emblemática por ter defendido que a origem da crise democrática residia no suposto “excesso de democracia das décadas anteriores” (Chomsky, 1977: 17). Não há dúvida que resgatar essas questões se torna um exercício fundamental para uma contextualização mais crítica do atual déficit democrático, sobretudo levando em conta que esse tipo de posicionamento ainda é comum entre alguns tecnocratas e economistas mais ortodoxos.

Ao que parece, a redução do ideal clássico de “soberania do povo” à sua forma procedimental deu origem a um ordenamento anômalo, incapaz de gerir seus conflitos internos e de contemplar a multiplicidade de novas demandas sociais. Conforme denunciava José Saramago no Fórum Social Mundial de 2005, o regime democrático foi, durante muito tempo, concebido como algo indiscutivelmente consolidado, ainda que na prática esse modelo estivesse profundamente descaracterizado. Ou seja, a democracia enquanto o “regime que busca dar expressão à pluralidade de interesses” (Soares, 1998: 149) já não parece traduzir-se na sua variante institucionalizada.

No entanto, diversos episódios recentes demonstram que esse modelo está sendo cada vez mais questionado por diferentes setores da sociedade, sobretudo após a crise financeira de 2008. Se por um lado, movimentos progressistas se articulam em prol do alargamento e renovação da prática democrática, por outro, novos conservadorismos se apresentam como uma espécie de releitura dos fascismos históricos, manifestando posições autoritárias e explicitamente xenófobas. Além do mais, cabe sublinhar que o resgate da austeridade e do receituário neoliberal nos anos pós-crise acentuou ainda mais as tensões endêmicas do projeto democrático liberal. Neste âmbito, a ascensão de candidatos anti-*establishment*, a redução nos índices de confiança política e os novos movimentos contra-hegemónicos (como o *Democracia Real Ya!*) são alguns dos desafios sociais que expõem as fragilidades do pacto de consentimento liberal.

⁶ A Comissão Trilateral é um fórum não-governamental fundado por David Rockefeller em 1973. Ver <http://trilateral.org/page/21/david-rockefeller-fellows>. Acesso em 28 de abril de 2018.

3.1 A CRISE DE 2008 E AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE

Não é possível compreender o contexto de défice democrático atual sem resgatar os acontecimentos relacionados com a crise financeira de 2008. Isso porque muitos dos atuais sintomas de instabilidade se acentuaram justamente em meio às políticas de austeridade implementadas nos anos subsequentes. Considerada a “maior crise capitalista dos últimos 70 anos” (Swyngedouw, 2010: s/n), a grande recessão, como ficou conhecida, já vinha sendo anunciada um ano antes a partir da onda de despejos que se alastrava pelos Estados Unidos. Conforme demonstra David Harvey, até o final de 2007, “quase 2 milhões de pessoas perderam suas casas e outros 4 milhões corriam o risco de ser despejados” (Harvey, 2011: 9). Contudo, seria apenas no outono de 2008, com a falência dos *Lehman Brothers* e desmantelamento de outros importantes bancos de investimento, que a crise no setor de crédito imobiliário atingiria sua dimensão global, afetando os principais mercados financeiros e reduzindo drasticamente a liquidez internacional.

Diversos intelectuais e chefes de Estado à época pareciam concordar que o mundo realmente se encaminhava para uma “era pós-neoliberal”, marcada pelo retorno do intervencionismo e pela regulação dos mercados internacionais. Como bem lembram Christian Laval e Pierre Dardot (2016: 13), “Joseph Stiglitz percorria o mundo anunciando o ‘fim do neoliberalismo’, e autoridades políticas, como o presidente francês Nicolas Sarkozy, proclamavam a reabilitação da intervenção governamental na economia.” De facto, essa tese poderia ser facilmente sustentada levando em conta a decisão do governo estadunidense de nacionalizar as gigantes Fannie Mae e Freddie Mac, ou mesmo a injeção de 700 bilhões de dólares em seu sistema bancário como medida de socorro (Harvey, 2011: 10-12).

Não obstante, o que aparentava o prenúncio de uma era de intervencionismos logo se revelaria como uma radicalização do neoliberalismo a nível global (Laval e Dardot, 2016: 13). Nos países europeus, por exemplo, o corte de gastos públicos e o apoio a políticas antissociais foram impulsionados pelos principais partidos políticos, fomentando um terreno suscetível para a ampla insatisfação popular. A convergência de distintas lideranças políticas, tanto à esquerda como à direita do espectro político-ideológico, em torno de um mesmo projeto de ajustamento

económico contribuiu para a sensação generalizada de que o sistema, de facto, não oferecia nenhuma alternativa além das recomendações da *troika*⁷.

Essa nova onda de liberalização económica ocorreu de forma coordenada no continente europeu, tendo como resultado direto a substituição de alguns dirigentes políticos por tecnocratas mais alinhados com as exigências da tríade BCE-CE-FMI. Na Grécia, a decisão do primeiro-ministro Georges Papandreou de consultar os cidadãos sobre o pacote de austeridade proposto pela *troika* provocou desconforto na União Europeia, sobretudo à dupla Merkel e Sarkozy (Amaral, 2011: para.7). Diante da pressão sofrida, Papandreou acabou por renunciar poucos dias depois, sendo substituído pelo tecnocrata Lucas Papademos, ex-diretor do Banco Central Europeu e membro da Comissão Trilateral. Na Itália, o polêmico Silvio Berlusconi, politicamente enfraquecido pelo seu envolvimento numa sucessão de escândalos, também cedeu às pressões do bloco e apresentou seu pedido de demissão ao presidente italiano, sendo imediatamente substituído pelo tecnocrata Mario Monti. Aliás, é curioso constatar que o presidente do Banco Central Europeu à época era também o vice-presidente da *Goldman Sachs*, e que o então presidente da Comissão Europeia, o português José Manuel Durão Barroso, seria escolhido pela própria *Goldman Sachs* para assumir o cargo de *chairman* do grupo financeiro após o seu mandato⁸. Havia, portanto, uma orientação ideológica clara em toda Europa.

No entanto, a imposição da austeridade não se restringiu ao velho continente. Os efeitos da crise financeira, sentidos inicialmente nos Estados Unidos e na Europa, seriam posteriormente repercutidos na América Latina, agravando uma série de dificuldades estruturais e aprofundando ainda mais o cenário de desgaste político da região (Valente, 2018: 59). Com a redução no preço internacional das *commodities*, o modelo de crescimento económico assente na conciliação entre políticas sociais e incentivos de livre mercado tornou-se insustentável.

Em 2013, diversos países do subcontinente, principalmente o Brasil e o Chile, vivenciaram expressivas manifestações de rua, abrindo mais espaço para a articulação de forças políticas opositoras de cariz conservador. De facto, uma série de episódios apontam para a existência de uma “onda conservadora” latino-americana, dentre os quais destacamos as deposições do presidente hondurenho Manuel Zelaya, ainda em 2009, e do presidente paraguaio

⁷ Termo utilizado para denominar a estreita cooperação entre o Banco Central Europeu (BCE), a Comissão Europeia (CE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) no âmbito da política económica europeia.

⁸ Ver <http://www.goldmansachs.com/media-relations/press-releases/current/jose-manuel-barroso-appointed.html>. Acesso em 29 de abril de 2018.

Fernando Lugo, em 2012. Mais recentemente, cabe também mencionar a eleição de Mauricio Macri, na Argentina e o *impeachment* de Dilma Rousseff (Bianchi, 2016; Carvalho, 2016; Valente, 2018). Em todos esses países, políticas de ajustamento económico têm sido aplicadas em diversos níveis desde então.

Segundo o relatório *O Estado dos Direitos Humanos no Mundo 2017/2018*, da Amnistia Internacional, a austeridade tem se consolidado como um fenómeno global desde a crise de 2008, afetando, principalmente, os mais pobres (AI, 2018: 14). A organização acrescenta ainda que a “austeridade é uma questão de direitos humanos” na medida em que inibe o acesso de parte da população a direitos fundamentais como educação, moradia ou saúde (*idem, ibidem*). O próprio Fundo Monetário Internacional reconheceu, num artigo intitulado *Neoliberalism: Oversold?* (2016), que as políticas de austeridade falharam em muitos países, levando ao aumento da desigualdade social e prejudicando o crescimento económico (Furceri, Ostry, Loungani, 2016: 38-39). Apesar disso, o FMI continuou incentivando a adoção dessas medidas até mesmo em países da África subsaariana, contribuindo ainda mais para o desmantelando dos serviços públicos, bem como para o recrudescimento da pobreza na região (AI, 2018: 14-15).

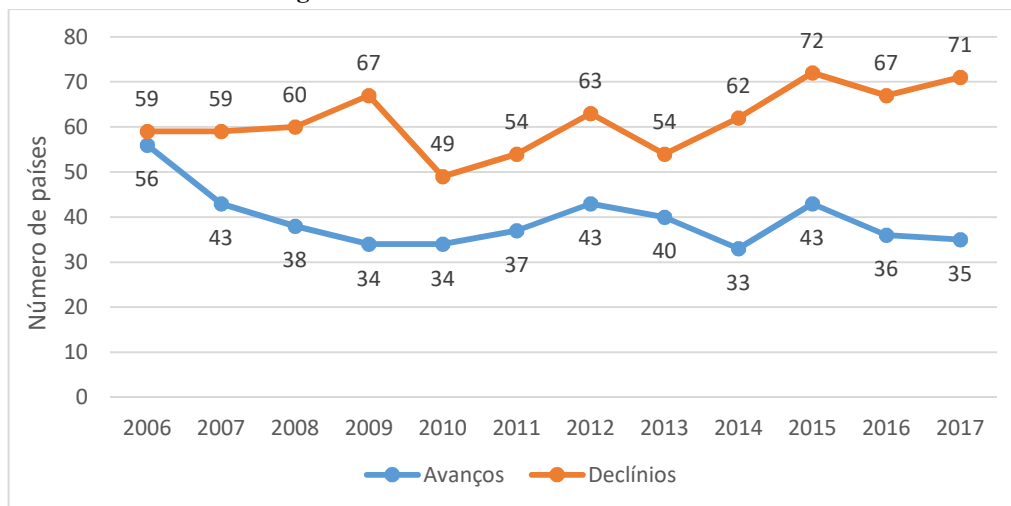
Sendo assim, embora não seja correto identificar a crise de 2008 como causa do atual défice democrático, pode-se certamente sustentar que o aprofundamento das medidas neoliberais nos anos subsequentes contribuiu para acentuar as contradições do sistema. Se considerarmos que, ao menos no plano ideal, democracia e direitos humanos devem ser concebidos de forma interdependente, reitera-se o entendimento de que as atuais práticas associadas ao sistema democrático liberal estão longe de satisfazer as exigências dispostas na Declaração Universal sobre a Democracia (1997) ou mesmo na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Diante de um sistema político incapaz de dar prioridade à defesa de direitos fundamentais e que, conformado por instituições centrais do projeto liberal, promove violações a nível sistémico, a democracia acaba por ser reduzida a uma estrutura procedimental estéril. É, portanto, a partir desse contexto global que devemos observar o défice democrático.

3.2 O DECLÍNIO DA DEMOCRACIA A NÍVEL GLOBAL

A consolidação de um retrocesso democrático a nível global é retratada por diversos documentos divulgados ao longo da última década. O último relatório anual da *Freedom*

*House*⁹, por exemplo, aponta que os direitos políticos e liberdades civis atingiram seu pior resultado em mais de uma década em 2017 (*Freedom House*, 2018: 1).

Figura 1: Doze anos de declínio democrático



Fonte: *Freedom House* (2018)

Conforme demonstra o gráfico acima, 71 países sofreram retrocessos em liberdades civis e direitos políticos no último ano, ao passo que somente 35 registraram ganhos. Por conseguinte, o ano de 2017 firmou-se como o décimo segundo ano consecutivo em que os declínios superaram os avanços democráticos em escala global (*Freedom House*, 2018: 8). Além disso, a organização também constatou que a percentagem de países livres entre os anos de 2007 e 2017 baixou de 46,6% para 45,1%, ao passo que os países não livres subiram de 22,3% para 25,1% (*Freedom House*, 2018: 4). Sendo assim, podemos observar que o aprofundamento das políticas de austeridade nos anos pós-crise foi acompanhada pela deterioração dos índices de liberdade democrática em todo o mundo.

O recuo democrático também é verificado no relatório *The Economist Intelligence Unit's Democracy Index*¹⁰, do grupo britânico *The Economist*. De acordo com a edição publicada em 2018, apenas 4,5% da população global reside em democracias plenas, enquanto

⁹ Organização fundada em 1941 com o intuito de promover a expansão de direitos políticos e liberdades civis a nível global. Publica anualmente o relatório *Freedom in the World*, em que avalia o estado da liberdade em 195 países de acordo com 25 indicadores, classificando-os como “livres”, “parcialmente livres” ou “não livres” (*Freedom House*, 2018: 2). Ver também: <https://freedomhouse.org/about-us>. Acesso em 05/05/2018.

¹⁰ O relatório *The Economist Intelligence Unit's Democracy Index* é divulgado anualmente e avalia o estado da democracia em 165 países e dois territórios. Os países são classificados em democracias plenas, democracias imperfeitas, regimes híbridos ou regimes autoritários de acordo com a pontuação obtida. As cinco principais categorias de análise são: “processo eleitoral e pluralismo; liberdades civis; o funcionamento do governo; participação política e cultura política” (*The Economist*, 2018: 2).

praticamente um terço vive em regimes considerados autoritários (The Economist, 2018: 2). O relatório também alerta para os retrocessos nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, quase tão críticos quanto aqueles presenciados na Europa Oriental. Além disso, estima-se que 89 países experimentaram declínios apenas em 2017, o que acaba por reforçar a ideia do cientista político Larry Diamond de que vivemos uma “recessão democrática global” (The Economist, 2018: 2-3).

Quadro 1: O estado da democracia global em 2008 e 2017

Regime	Países em 2008	Países em 2017
Democracias plenas	30	19
Democracias imperfeitas	50	57
Regimes híbridos	36	39
Regimes autoritários	51	52

Fonte: *The Economist Intelligence Unit* (2008a, 2018)

Por outro lado, se analisarmos o cenário de 2017 em comparação com o de 2008, o recuo democrático fica ainda mais perceptível. No início da crise financeira, o mundo comportava 30 democracias plenas, o que equivalia a pouco mais de 14% da população mundial (The Economist, 2008: 2). De facto, hoje essas percentagens parecem uma realidade distante, especialmente se levarmos em conta que muitas das antigas democracias plenas estão atualmente categorizadas como democracias imperfeitas. Um dos casos mais emblemáticos são os Estados Unidos, país tradicionalmente identificado como a maior potência democrática do mundo e que, desde 2016, tem sido classificado como uma democracia imperfeita (The Economist, 2018: 19). Por conseguinte, é com base nessas evidências levantadas tanto pelo *The Economist* como pela *Freedom House* que constatamos a existência de um declínio democrático a nível internacional, sobretudo nos anos subsequentes à grande crise financeira de 2008.

3.3 A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL E A CONFIANÇA POLÍTICA

Os sintomas do défice democrático não se traduzem somente na deterioração dos índices de liberdade política, embora esse seja um referencial de suma importância. Conforme aponta o relatório *Democracy Index 2017*, a recessão democrática também é refletida noutros elementos fundamentais, tais como o declínio da participação popular em eleições e a redução da confiança nas instituições políticas (The Economist, 2018: 3). Tendo em vista o papel central

do processo eleitoral no funcionamento das democracias representativas liberais, entende-se que a própria noção de participação política está vinculada ao exercício do voto. Logo, a assiduidade eleitoral deve ser observada como um importante indicativo do grau de legitimidade política num dado país. De acordo com o Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA), “um índice mais elevado de participação política é sinal de vitalidade da democracia, enquanto um índice mais reduzido está comumente associado à apatia e desconfiança no processo político” (IDEA, 2016: 13)¹¹.

Desde o início dos anos 1990, o número de países que realizam eleições parlamentares aumentou significativamente, sobretudo em razão do fim da Guerra Fria e da subsequente instituição de eleições multipartidárias, tanto no continente africano como nos países pós-soviéticos do leste europeu. Apesar disso, a média de eleitores tem diminuído em todo o mundo, inclusive nas democracias consolidadas da Europa Ocidental¹², evidenciando uma vez mais que a mera realização de eleições formais não é suficiente para sustentar sua legitimidade política no longo prazo. Segundo o IDEA,

a participação eleitoral a nível global esteve relativamente estável entre 1940 e 1980, diminuindo apenas de 78% para 76% ao longo de todo o período. Foi apenas a partir dos anos 1990 que essa média caiu abruptamente para 70% e continuou a declinar até atingir 66% no período de 2011-15 (IDEA, 2016: 24).¹³

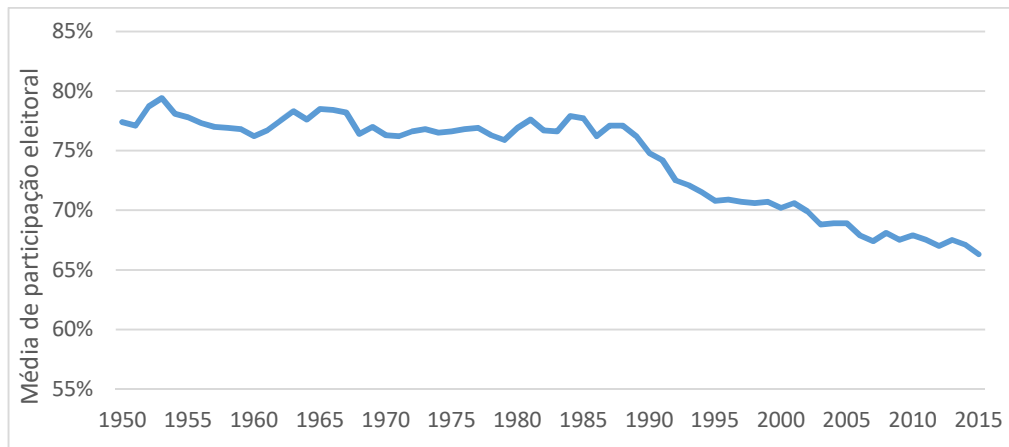
A queda na participação eleitoral a nível mundial também é constatada pelo Banco Mundial. Em seu relatório *Governance and the Law* (2017), a organização demonstra que nos últimos 25 anos, a média de comparecimento em eleições caiu mais de 10% (Banco Mundial, 2017: 227). Ademais, cabe ressaltar que existe uma desconfiança generalizada dos cidadãos em relação à qualidade das eleições, especialmente na Europa, Ásia Central, América Latina e no Caribe (*id. ibid*), o que certamente contribui para desestimular o comparecimento às urnas e questionar a legitimidade do sistema político.

¹¹ Tradução própria.

¹² Segundo dados do IDEA, todas as regiões do globo apresentam declínio na participação eleitoral desde meados dos anos 1980. No continente europeu, as “democracias consolidadas” tiveram um declínio de 10%, ao passo que nos países pós-soviéticos a participação eleitoral reduziu em 20% (IDEA, 2016: 25).

¹³ Tradução própria.

Figura 2: Participação eleitoral a nível mundial entre 1950 e 2015



Fonte: Word Bank (2017)

Logo, tanto o IDEA como o Banco Mundial sustentam a existência da relação entre o declínio da participação eleitoral e a desconfiança e apatia política. Ainda assim, torna-se necessário observar de forma mais detalhada como essa problemática da desconfiança nas instituições e elites políticas se tem consolidado nas democracias ocidentais. Segundo o *The Economist* (2017: para.2), esse fenómeno de insatisfação popular contribuiu diretamente para a deterioração dos índices democráticos em mais de 70 países europeus em 2016. De uma forma geral, estima-se que apenas 42% da população dos países da OCDE confie em seus governos nacionais, o que representa uma queda de 3% em relação a 2007 (OCDE, 2017: 214). Nos Estados Unidos, também verificou-se uma contínua erosão da confiança no governo e na classe política, culminando na vitória do *outsider* Donald Trump nas eleições presidenciais de 2016 (*The Economist*, 2017: para.1).

Cabe assinalar ainda que, dentre todas as instituições públicas, os partidos políticos figuram com o mais baixo índice de confiança (Banco Mundial, 2017: 233), o que evidencia ainda mais a crise da representação política nas democracias liberais. De acordo com o Banco Mundial, o nível de confiança nos partidos nos países de PIB's médios está abaixo de 40%, ao passo que nos países ricos da OCDE esse número não chega sequer a 20% (Banco Mundial, 2017: 234). De qualquer forma, o mais importante é perceber que há uma crescente insatisfação com as instituições democráticas, seja através da apatia política, seja pela desconfiança em relação ao sistema político e às suas principais instituições e atores políticos. Cumpre observar também que o progressivo declínio na participação eleitoral desde os anos 1990, indica que esse descontentamento já estava em curso antes mesmo da eclosão da crise de 2008.

3.4 A REAÇÃO À AUSTERIDADE E OS NOVOS POPULISMOS

Se por um lado, podemos identificar fortes indícios de insatisfação e desconfiança dos cidadãos em relação às instituições democráticas desde o fim da Guerra Fria, por outro, faz-se necessário reconhecer que a crise financeira global simboliza um marco substancial nesse processo. Isso porque o aprofundamento da austeridade fomentou a articulação de novos movimentos de contestação à ordem instituída, por vezes referida como neoliberal, global ou simplesmente *establishment*. De qualquer forma, o que ficou nítido após a crise foi uma maior tradução dessa desconfiança e descontentamento popular com a política em amplas manifestações urbanas, muitas vezes com alcance global.

Considerando que tais movimentos se articularam, na maior parte dos casos, em reação aos efeitos nocivos provocados pelas medidas de ajustamento económico, podemos compreender esse fenómeno à luz das contribuições teóricas de Karl Polanyi ([1944], 2000), conceituado estudioso do capitalismo no século XIX. Embora o período observado pelo autor seja obviamente anterior ao recorte temporal deste trabalho, sua crítica sobre os efeitos da economia autorregulável na sociedade apresenta importantes paralelos com o contexto pós-2008.

Enquanto a organização dos mercados mundiais de mercadorias, dos mercados mundiais de capitais e dos mercados mundiais de moedas, sob a égide do padrão-ouro, deu um momentum sem paralelo ao mecanismo de mercados, surgiu um movimento bem estruturado para resistir aos efeitos perniciosos de uma economia controlada pelo mercado. A sociedade se protegeu contra os perigos inerentes a um sistema de mercado autorregulável, e este foi o único aspecto abrangente na história desses período (Polanyi, [1944], 2000: 98).

Na passagem acima, Polanyi faz referência à sua tese de duplo movimento, que pode ser resumida da seguinte forma: “primeiro, a sociedade experimenta um incitamento à mercantilização, seguido pelo aparecimento de correntes opostas procurando proteção social” (Della Porta, 2017: 65). A este propósito, as forças contrárias que se insurgem contra o sistema — chamadas de contramovimentos por Polanyi — podem certamente ser identificadas no contexto de austeridade pós-2008. Uma série de mobilizações e protestos sociais foram presenciados em distintas partes do globo, sendo que os seus ativistas se definiam geralmente a partir de termos abrangentes como “cidadãos, pessoas ou os 99 por cento” (Della Porta, 2017:

70)¹⁴. A despeito do carácter progressista das mobilizações que se seguiram à crise de 2008, depressa ficou claro que os contramovimentos não se articulam, necessariamente, a partir de orientações inclusivas ou mesmo democráticas. Neste âmbito, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e o Brexit no Reino Unido foram importantes propulsores de demonstrações de racismo, xenofobia e sexismo, tanto na Europa como nos EUA. Apenas a termos de ilustração, os dados oficiais do Conselho Nacional de Chefes de Polícia no Reino Unido mostraram um “aumento expressivo de 57% nas denúncias de crimes de ódio na semana imediatamente após o referendo sobre a associação à UE” (AI, 2017: 207).

Nos Estados Unidos, manifestações de simpatizantes neonazis recobram fôlego em diversos Estados, ao passo que o Presidente recém-eleito se manteve irredutível na sua postura de hostilidade contra muçulmanos e imigrantes. O facto é que contramovimentos conservadores têm ganhado força inquestionável em todo o mundo, na maior parte das vezes articulados em torno da “extrema-direita, do nacionalismo identitário, da xenofobia, do integrismo religioso e do populismo reacionário” (Rendueles, 2017: 225). A esse respeito, a Frente Nacional de Marine Le Pen, na França; o Partido Holandês para a Liberdade, de Geert Wilders; e o Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ), de Heinz-Christian Strache, são alguns exemplos usualmente associados aos populismos de extrema-direita. Em contrapartida, partidos como o Podemos, na Espanha, o Syriza, na Grécia, e personagens como Jeremy Corbyn (Reino Unido) e Bernie Sanders (EUA) podem ser identificados como populistas de esquerda.

Não obstante, cabe ressaltar que populismo não deve ser entendido enquanto ideologia, e sim como uma “lógica política” caracterizada pela construção de fronteiras internas (o povo) e a identificação do “outro” (Laclau, 2005: 117). Tal apreciação é fundamental porque, embora possuam similaridades no que se refere à lógica de conformação identitária, os populismos de direita e de esquerda pertencem a espectros políticos antagônicos, moldando-se a partir de categorias sócio-políticas distintas. Ou seja, enquanto a construção do “nós” da extrema-direita é geralmente baseada numa noção restrita de identidade nacional, excluindo-se imigrantes e refugiados, a construção do “povo” no populismo de esquerda não implica a exclusão de

¹⁴ Os protestos Pots and Pans, na Islândia (2008), o movimento Occupy Wall Street (2011) e os Indignados na Espanha (2011) são algumas dessas mobilizações que ganharam expressão nos primeiros anos pós-crise. Inicialmente impulsionados pelos efeitos da austeridade, esses contramovimentos rapidamente ampliaram as suas demandas, exigindo também novos modelos de participação política e denunciando o autoritarismo das elites tecnocráticas (Swyngedouw e Wilson, 2014: s/n).

categorias populares, e sim de setores do *establishment* como grandes bancos ou partidos políticos tradicionais (Zabala, 2017).

Em virtude das diferentes características assumidas por esses movimentos de oposição, podemos classificar os atuais contramovimentos como sendo progressistas ou regressivos (Della Porta, 2017: 67). Contudo, convém acrescentar ainda uma terceira categoria que não se enquadra em nenhum desses cenários, apresentada muitas vezes como uma alternativa de centro. Assim como grande parte dos novos populismos, esses mesmos grupos também utilizam da retórica de *outsider* e rejeitam as terminologias tradicionais da política, evitando sua associação direta com as instituições e partidos tradicionais. Apesar disso, seria errôneo identificá-los como movimentos de reação, sobretudo porque simbolizam a manutenção do *status quo* neoliberal. Chamaremos esses casos de contramovimentos aparentes, ilustrados por Mauricio Macri, na Argentina, e Emmanuel Macron, na França. A opção por esse termo, bem como sua relação com as articulações progressistas e regressivas, será retomada adiante, mais precisamente na seção sobre a antipolítica nos contramovimentos.

Considerando os elementos abordados ao longo deste capítulo, sustentamos que o sistema democrático ocidental tem sido incapaz de restabelecer sua legitimidade a nível global. Além do mais, a despeito do expressivo aumento de movimentos de contestação após a crise de 2008, ficou demonstrado que a redução na participação eleitoral e na confiança política já eram fenômenos verificados desde os anos 1990. Ou seja, ainda que muitos desses novos populismos contribuam para solapar ainda mais as instituições democráticas, sobretudo aqueles que incitam à intolerância e aos crimes de ódio, tais contramovimentos devem ser concebidos como desdobramentos reativos do déficit democrático liberal. Posto isto, reiteramos a necessidade de se investigar nas práticas e discursos conformadores do sistema neoliberal, consolidado a partir do fim da Guerra Fria, os elementos que possam ter contribuído para o atual cenário de desconfiança e insatisfação com as instituições democráticas.

4. NEOLIBERALISMO E O “FIM DA HISTÓRIA”

Após uma breve contextualização do défice democrático liberal, constatamos que os sintomas dessa crise tem se manifestado predominantemente a partir da chamada “antipolítica”, ou seja, enquanto um descontentamento generalizado expresso em “baixos níveis de satisfação com os governos, baixos níveis de confiança nos políticos e desinteresse pelas instituições políticas, como partidos e eleições” (Beveridge, 2015: para 3)¹⁵. Levando em conta que esses indícios já podiam ser identificados nos anos 1990, importa destacar que o défice democrático e a antipolítica estão interligados a partir de um contexto em comum, o neoliberalismo.

Compreender o sistema político consolidado com a queda do Muro de Berlim implica, necessariamente, reconhecer as profundas alterações de ordem política e económica que se produziram desde então. O triunfo do neoliberalismo foi anunciado não apenas como a consolidação de uma política de consenso a nível mundial, mas como o fim da própria história (Fukuyama, 1992). A disputa ideológica que caracterizou grande parte do século XX parecia ter acabado definitivamente com a primazia da democracia ocidental sobre o socialismo soviético (Wilson e Swyngedouw, 2014: s/n). Para Fukuyama (1992), esse modelo liberal triunfante seria, inclusive, a última etapa de desenvolvimento das sociedades contemporâneas, o que resultaria numa inevitável expansão democrática e numa menor propensão à guerra.

Contudo, assim como o capitalismo não foi o resultado irrefreável de um processo natural (Wood, 2002: 37), também seria errôneo caracterizar o neoliberalismo de tal forma. A perspectiva que naturaliza as práticas neoliberais parte muitas vezes de uma crença teleológica no progresso humano, o que acaba dificultando uma análise crítica das suas particularidades históricas. Além disso, a consumação da ordem hegemónica neoliberal acabaria, muito cedo, por dar lugar a uma série de conflitos étnico-religiosos nas recém-consolidadas democracias da Europa Oriental (Rancière, 2004: 3-4), colocando em xeque as especulações mais entusiastas sobre o fim da história. Conforme ficaria explícito nas décadas seguintes, essa aparente pacificação ideológica não significou o fim do debate democrático, como também não foi capaz de dissolver as antigas contradições políticas e identitárias.

Em geral, o triunfo neoliberal é associado a uma forma radicalizada de livre mercado, caracterizado pela “competição maximizada e [pelo] comércio livre através de

¹⁵ Tradução própria.

desregulamentação económica, eliminação de tarifas, e uma série de políticas monetárias e sociais favoráveis ao mercado” (Brown, 2005: 38)¹⁶. Portanto, a definição mais usual de neoliberalismo diz respeito à vertente económica do pensamento liberal, e não propriamente ao liberalismo político. Embora essa abordagem seja interessante para elucidar alguns dos seus aspectos básicos, ela mostra-se insuficiente por reduzir o projeto neoliberal a um conjunto de práticas económicas, negligenciando outras importantes dimensões de análise do mesmo.

Uma das principais diferenças do neoliberalismo em relação ao liberalismo económico clássico diz respeito ao papel do Estado. Ao contrário do que advogavam os antigos defensores do *laissez-faire*, os neoliberais sustentam que a autoridade estatal deve promover legislações e arranjos institucionais que fomentem o livre-comércio. Isto é, apesar de conceberem a sociedade de mercado como o estado natural da humanidade, sustentam que as suas estruturas e processos devem ser construídos artificialmente por meio da intervenção estatal (Yeatman, 2015: 25). Assim, a democracia representativa liberal passa a integrar-se ao modelo de governança neoliberal na medida em que as suas instituições incorporam os valores e exigências do mercado internacional. Dito de outra forma, o fim da alternativa socialista impulsionaria o esvaziamento das instituições liberais, fomentando a consolidação da prática democrática a partir de um viés meramente formal. Conforme sublinha Wendy Brown (2005: 46),

A democracia liberal não pode ser submetida a uma governamentalidade política neoliberal e sobreviver. Não há nada nas instituições básicas da democracia liberal – desde eleições livres, democracia representativa, e liberdades individuais distribuídas equitativamente até formas simples de partilha de poder (*power-sharing*) ou mesmo mais participação política substantiva – que inerentemente atendam à dinâmica de competitividade económica.¹⁷

4.1 O NEOLIBERALISMO COMO RACIONALIDADE POLÍTICA

Não há dúvidas quanto à importância do realinhamento económico das democracias ocidentais para a consolidação da hegemonia neoliberal. No entanto, esse aspecto apenas não basta para apreendermos o carácter subjetivo que orienta as suas práticas e discursos. Nesse sentido, as motivações que subjazem à nova conjuntura política tornam-se imprescindíveis para investigarmos, de forma mais precisa, a influência do fenómeno neoliberal para a desestabilização das instituições democráticas.

¹⁶ Tradução própria.

¹⁷ Tradução própria

Antes de mais nada, é importante salientar que o neoliberalismo representa uma mudança epistemológica no âmbito da subjetividade, modificando, essencialmente, a forma como os indivíduos se relacionam entre si (Madra e Adaman, 2013: 2-3). Não trata-se meramente de um desdobramento teleológico ou de uma simples intensificação das políticas de livre-mercado, mas de uma refundação intelectual e funcional do próprio Estado e da sociedade civil. Dito de outra forma, o neoliberalismo se constitui a partir de uma racionalidade política própria que, ao mesmo tempo que orienta sua agenda económica, ultrapassa a esfera do mercado e atinge todos os elementos conformadores da vida política (Brown, 2005: 38). Essa racionalidade tem como fundamento basilar “a extensão dos valores do mercado a todas as instituições e ações sociais” (Brown, 2005: 40).¹⁸

Com o advento da hegemonia neoliberal, portanto, o mercado torna-se o princípio regulador do Estado e da sociedade (Brown, 2005: 41), contribuindo para a crescente mercantilização da vida humana. A esfera pública e todas as outras dimensões da política passam a estar alinhadas segundo a lógica do mercado, sendo avaliadas segundo critérios de lucro e produtividade. Ou seja, ao contrário da antiga orientação keynesiana, a racionalidade neoliberal não se fundamenta na correção das desigualdades sociais, e sim na extensão do modelo empresarial de competição a todo corpo social (Esposito, 2014: 149). O objetivo desse sistema consiste, assim, em “criar situações de concorrência que supostamente privilegiam os mais ‘aptos’ e os mais fortes” (Laval e Dardot, 2016: 288). Considerar esse aspecto subjetivo é necessário para perceber que o intervencionismo neoliberal não representa a predominância do Estado sobre o mercado, mas justamente o contrário: as adaptações estruturais são realizadas de modo a submeter a funcionalidade do aparelho estatal às dinâmicas do comércio global.

Daqui decorre que, o predomínio da racionalidade neoliberal inaugura um novo tipo de legitimidade política, na qual a soberania popular desempenha um papel cada vez menos relevante para a constituição do Estado e de suas diretrizes. Conforme observa Esposito (2014: 147), “a governança não é mais decidida pela vontade soberana dos Estados em nome do bem-estar da população, mas pela competição de mercado em nome da liberalização do comércio.”¹⁹ Ainda que as instituições democráticas continuem sendo fundamentais para sustentar a legitimidade do sistema político, sua fonte de autoridade efetiva passa a residir no mercado. Consequentemente, ao estipular que os “ritos” da democracia representativa devem estar

¹⁸ Tradução própria.

¹⁹ Tradução própria

alinhados com o mercado internacional, sem impor qualquer entrave ao seu funcionamento, a racionalidade neoliberal acaba por reforçar também a concepção procedimentalista de democracia.

Ao estender o modelo corporativo de competição a todas as esferas da sociedade, a racionalidade neoliberal induz a uma readaptação dos indivíduos segundo os critérios do mercado. Uma das principais premissas do neoliberalismo é a de que os cidadãos devem agir individualmente, visando maximizar seu bem-estar a partir de escolhas racionais (Wood, 2005: 42). As reformas promovidas pela governança neoliberal inauguram, assim, as condições materiais para que esse novo sujeito, o “indivíduo empresarial”, possa otimizar as suas vantagens pessoais e satisfazer as suas necessidades, gerindo a sua vida da mesma maneira que uma empresa administra os seus recursos (Laval e Dardot, 2016: 321-328). Isto é, o cidadão é continuamente transformado em consumidor, ao passo que todos os elementos da sociedade, incluindo as instituições públicas, passam a ser avaliadas de acordo com sua capacidade de atender aos seus interesses pessoais. Como bem apontam Laval e Dardot (2016: 320), “é a própria definição de sujeito político que é radicalmente alterada”.

Compreende-se, então, que todos os processos sociais são reorganizados de forma a consolidar-se um funcionamento automatizado das instituições públicas, da sociedade e da política segundo critérios “mercadológicos”. Isso leva-nos a outro aspecto fundamental da racionalidade neoliberal: a “instrumentalização da razão”. A indiscutível hegemonia do neoliberalismo, somada ao fim da alternativa socialista, deu origem a um sistema que se esgota em si mesmo, e cuja finalidade é tão somente sua autorreprodução. Com o anúncio do “fim da história”, a utopia do horizonte político confundiu-se com a ordem vigente, eliminando qualquer perspectiva de mobilização idealista. De acordo com Horkheimer ([1947] 2004: V), os avanços proporcionados pela modernidade limitaram a autonomia do indivíduo, resultando num amplo processo de desumanização. Ou seja, quanto mais a sociedade avança em termos técnicos e científicos, menos autônomo se torna o indivíduo e a sua capacidade de julgamento cognitivo. Isso ocorre porque a razão é transformada num instrumento, estando limitada à mera gestão dos meios e sem uma efetiva reflexão quanto a seus fins.

No aspecto instrumental da razão subjetiva, sublinhado pelo pragmatismo, enfatiza-se a sua submissão a conteúdos heterônomos. A razão tornou-se algo inteiramente aproveitado no processo social. Seu valor operacional, seu papel

no domínio dos homens e da natureza tornou-se o único critério para avaliá-la (Horkheimer, [1947] 2004: 14-15).²⁰

O autor acrescenta ainda que, à medida que as ideias são instrumentalizadas, elas perdem o seu sentido próprio. A razão converte-se, então, numa “espécie de fetiche” que passa a ser aceita de forma passiva, sem qualquer reflexão crítica (Horkheimer, [1947] 2004: 15-16). Tal perspectiva seguramente vai de encontro à visão iluminista de progresso, na qual a evolução da humanidade seria acompanhada pelo subsequente esclarecimento e autonomização do indivíduo. O que neoliberalismo revelou, no entanto, foi a construção de um sistema capaz de inibir qualquer tipo de ruptura normativa, tendo da política uma perspectiva essencialmente técnica e esvaziando a razão crítica mediante a sua instrumentalização a nível global.

Outra contribuição interessante a esse respeito, ainda que se trate de um autor clássico, é feita por Max Weber ([1919, 1905] 1979, 2005). Como refere o autor, “o mundo tende inexoravelmente à racionalização em todas as esferas da vida social” (Barbosa e Quintaneiro, 2009: 137), dando origem a um estágio civilizatório dominado pela ciência e pela técnica. Embora o sistema neoliberal não seja propriamente um desdobramento “teleológico” da evolução humana, a crítica weberiana certamente pode ser associada ao atual contexto político, dominado pela crença na autorregulação das instituições segundo as leis do mercado.

Seguindo essa leitura, o predomínio da razão instrumental, operacionalizado sobretudo pela “economização” do Estado e da sociedade, seria uma manifestação contemporânea do chamado “desencantamento do mundo”. Esse conceito, definido originalmente por Weber como “a eliminação da magia como meio de salvação” ([1905] 2005: 106), indica que as antigas sociedades habitadas pelos discursos místicos e forças misteriosas foram extintas, dando lugar a um mundo ordenado pelo conhecimento científico. Segundo o autor ([1919] 1979: 165), “já não precisamos recorrer aos meios mágicos para dominar ou implorar aos espíritos. (...) Os meios técnicos e os cálculos realizam o serviço”.

À semelhança de Weber, também Carl Schmitt ([1929] 2007) manifestou à época uma visão pessimista desse estágio civilizacional regido pela técnica. Em seu entendimento, o Ocidente experimentou uma transição entre diferentes “domínios intelectuais”, evoluindo do modelo teológico do século XVI até chegar ao paradigma técnico no século XX ([1929] 2007: 81-85). Nessa nova fase, marcada pela confiança irrestrita no progresso tecnológico para

²⁰ Tradução própria.

solucionar todos os conflitos sociais, há um impasse substancial, dado que a “tecnologia não é neutra”, sendo utilizada sempre como “um instrumento e uma arma” (Schmitt, [1929] 2007: 91).

De qualquer forma, importa ressaltar que a referida crença na capacidade da técnica em organizar o mundo está na base dos discursos e práticas do neoliberalismo. Nesse sistema, as reformas institucionais impulsionadas pelos órgãos financeiros dão origem a uma burocracia especializada, cujas funções devem afastar “todos os elementos sensíveis puramente pessoais, todos os elementos irracionais que fogem ao cálculo” (Barbosa e Quintaneiro, 2009: 138). Ou seja, embora a racionalidade neoliberal esteja alinhada a uma agenda político-económica específica, também reveste suas instituições e procedimentos de uma aparente imparcialidade, resguardando-se de críticas e afastando os cidadãos dos processos decisórios.

O neoliberalismo configura, assim, um fenómeno *sui generis*, operando simultaneamente como racionalidade política e como doutrina económica. No entanto, assim como é equivocado associar técnica à neutralidade, tampouco pode-se afirmar que fenómenos políticos complexos são redutíveis a cálculos administrativos. Deste modo, a submissão de todos os elementos da vida política a uma normatividade mecanicista, na qual as decisões supostamente ideais são tomadas por profissionais especializados, significa também o esvaziamento do domínio essencialmente político das sociedades modernas. Levando em conta essa problemática, abordaremos de seguida o modo como a expansão do sistema neoliberal é acompanhado, necessariamente, de práticas e discursos de despolitização da esfera pública.

5. OS MECANISMOS DE DESPOLITIZAÇÃO

Um dos aspectos que merece atenção na análise do neoliberalismo é a relação entre a sua instrumentalização e o comportamento geral da sociedade. Nesse sentido, podemos entender a “redefinição do sujeito político” (Laval e Dardot, 2016), o esvaziamento da razão crítica (Horkheimer, [1947] 2004) e o “desencantamento do mundo” (Weber, 2005) como indícios de um sistema que se legitima através da inoperância dos seus agentes sociais. Ou seja, a expansão do modelo neoliberal mediante um *ethos* baseado na impotência disruptiva de seus indivíduos.

Conforme apontam Madra e Adaman, “a economização da sociedade, traduzida pela naturalização dos processos económicos e pela tecnocratização de sua governança, determina sua despolitização” (2013: 2).²¹ Os autores afirmam ainda que esse processo contribui para silenciar os esforços de se repensar práticas alternativas, dificultando a superação dos ciclos de austeridade do capitalismo (*id. ibid*). Esta questão leva-nos, por conseguinte, a abordar o conceito de despolitização a partir da sua relação com a própria sociedade.

De uma forma geral, a despolitização pode ser definida como o “desaparecimento ou recuo do político, tanto em reflexões teóricas como nas formas aparentes” (Swyngedouw, 2014: 5). No entanto, o emprego desse conceito unicamente a partir de sua aceção literal, sem qualquer contextualização, pouco nos diz sobre os seus reais desdobramentos na vida social. Em razão disso, acrescentaremos outro importante conceito da sociologia política a fim de operacionalizar a despolitização no âmbito da sociedade: a esfera pública.

Segundo a definição clássica formulada por Jürgen Habermas ([1962], 1991), “a esfera pública é uma arena de debate público em que os assuntos de interesse geral podem ser discutidos e as opiniões podem ser formadas” (Giddens e Sutton, 2015: 219). Dessa forma, a despolitização da esfera pública seria caracterizada pela transformação funcional desse espaço, em que as condições para a expressão política da população passam a estar diluídas. Esse fenómeno pode ocorrer tanto pela imposição de barreiras à consciência política dos indivíduos, como por impedimentos estruturais à sua mobilização ou interferência nos processos decisórios. Assim, a despolitização manifesta-se como uma “mudança em dois estágios, em que o esvaziamento da esfera pública leva, por sua vez, a uma sensação de desinteresse nos assuntos

²¹ Tradução própria.

públicos por parte da população (Flinders e Wood, 2014: 137)²². Ou seja, a antipolítica seria uma reação dos indivíduos frente ao cenário engendrado pelas práticas e discursos neoliberais.

Em síntese, o ambiente no qual “os indivíduos podem problematizar em público uma condição de desigualdade na esfera privada” (Santos, 2002: 52) perde a sua eficiência política, neutralizando-se o potencial emancipatório do *demos*. Essa abordagem é relevante por reforçar que a despolitização nada tem a ver com o fim da política ou com a redução do intervencionismo estatal. Na verdade, a presença do Estado pode, inclusive, ser intensificada, conforme demonstrado na seção sobre a estruturação económica do neoliberalismo. Ademais, o facto de os discursos e práticas neoliberais ocultarem o seu carácter político não significa que tais mecanismos sejam, efetivamente, desprovidos de seu papel político (Wood, 2016: 527), sobretudo se considerarmos a sua importância estratégica na manutenção do sistema neoliberal.

Uma vez que a despolitização da esfera pública está diretamente relacionada com a “domesticação” das energias insurgentes, também seria equivocado caracterizar esse fenómeno como um aspecto exclusivo da governança neoliberal. Como referiu certa vez Jacques Rancière, “a despolitização é a tarefa mais antiga da política” (1995: 19). Ainda assim, é necessário reconhecer que a ascensão do neoliberalismo, movida por uma racionalidade política própria, resultou na consolidação de práticas e discursos de despolitização a nível sistémico, elevando a outro patamar a sua incidência sobre a esfera pública. É com base nessa avaliação que propomos, a seguir, uma sistematização dos mecanismos de despolitização da esfera pública a partir de duas dimensões de análise: ideológica e discursiva; e política e institucional. A preferência por essa abordagem justifica-se pela própria complexidade do neoliberalismo, bem como pela necessidade de se avaliar detalhadamente como esses mecanismos contribuem para o declínio da esfera pública e para a ascensão da antipolítica.

5.1 A DIMENSÃO IDEOLÓGICA E DISCURSIVA

Um dos principais instrumentos que viabilizam a expansão da agenda neoliberal é, sem dúvidas, a sua componente ideológica e discursiva. Diferentemente das outras dimensões de despolitização, essa categoria opera a partir do consentimento, permitindo, por exemplo, que medidas económicas impopulares sejam tomadas sem profundos cataclismos sociais. A dimensão ideológica e discursiva refere-se, assim, a todo o sistema de narrativas que

²² Tradução própria.

corroboram a racionalidade neoliberal, possibilitando a expansão das suas práticas por meio da adesão consensual da sociedade. Nesse processo, a despolitização da esfera pública não seria provocada por algum obstáculo estrutural à politização dos indivíduos, mas pela sua integração ao *ethos* neoliberal. Por essa razão, essa categoria também pode ser avaliada a partir do conceito gramsciano de hegemonia (Gramsci, [1948-1951] 1971), entendido como o predomínio de uma determinada classe sobre outra por meio do consentimento. Deve-se ressaltar, entretanto, que essa “hegemonia de ideias” nunca é absoluta, caso contrário os próprios aparelhos coercitivos do Estado perderiam sua funcionalidade política.

Por outro lado, não se deve confundir essa categoria de despolitização com a racionalidade política do neoliberalismo. Como exposto anteriormente, a racionalidade neoliberal constitui o *modus operandi* do sistema, isto é, os princípios estruturantes gerais que orientam suas práticas e discursos, refundando o Estado, a sociedade e a própria percepção sobre o ser humano (Brown, 2005). Assim sendo, a dimensão ideológica e discursiva representa apenas uma das categorias de despolitização que atuam no sentido de sustentar essa ordem.

O primeiro aspecto ideológico-discursivo que merece atenção é a “lógica do consenso” (Mouffe, 2005; Rancière, 2004; Swyngedouw e Wilson, 2014). Desde o fim da Guerra Fria, as democracias ocidentais estruturam-se em torno de um consenso ideológico no centro (“nem esquerda, nem direita”), inibindo eventuais articulações contra-hegemônicas e reiterando a hegemonia do modelo neoliberal. No entanto, o “fim da história” não significou, como já referido, a superação definitiva das grandes narrativas, mas simplesmente um projeto ideológico inerente ao neoliberalismo. O que esse processo provocou, na verdade, foi uma “crise do imaginário político da esquerda” (Swyngedouw e Wilson, 2014: 8), em que os setores de oposição perderam sua capacidade de pensar para além da normatividade do consenso. Como bem demonstra Žižek (2000: 324), “a atual forma predominante de ‘esvaziamento’ ideológico dá-se através de um bloqueio mental que nos impede de imaginar mudanças estruturais, em nome de uma atitude ‘realista’ e ‘madura’”.²³

As consequências desse processo, contudo, não se esgotam na “deficiência imaginativa das esquerdas”. O consenso ideológico também acaba por silenciar toda a pluralidade de vozes que não estejam em consonância com o *status quo*, ao passo que as antigas contradições sociais não são apaziguadas. De acordo com Chantal Mouffe (2013: 21):

²³ Tradução própria

Uma democracia que funcione bem exige um confronto de posições políticas democráticas. Se isso estiver faltando, há sempre o perigo de que esse embate democrático seja substituído por um confronto entre valores morais inegociáveis ou formas essencialistas de identificação. Muita ênfase no consenso, juntamente com a aversão aos confrontos, leva à apatia e a um desinteresse pela participação política. É por isso que uma sociedade democrática liberal exige um debate sobre possíveis alternativas.²⁴

Seguindo essa perspectiva, a existência de desentendimentos acerca dos princípios ético-políticos dominantes não seria uma fonte de desestabilização social, mas condição necessária para o fortalecimento da democracia. De forma similar, Jacques Rancière (2004: 7) afirma que a inauguração do consenso significa a eliminação da própria natureza conflitual da vida comum, reduzindo as diferenças políticas a uma lógica de homogeneidade. Ou seja, partindo de uma percepção democrática baseada no “conflito”, esses autores constatarem como a inauguração da política de consenso falhou em pacificar os conflitos ideológicos e sociais (Rancière, 2004: 4). Se levarmos em consideração o atual contexto de déficit democrático e de ascensão populista, essa é certamente uma visão interessante para se repensar as falhas da democracia representativa no contexto neoliberal.

A razão pela qual consideramos a lógica do consenso como um mecanismo ideológico de despolitização é simples: à medida que o dissenso é suprimido do discurso político, a prática democrática passa a se configurar como um mero procedimento de reiteração dos princípios dominantes, transformando os sujeitos políticos em “objetos” do consenso. Nesse contexto, os indivíduos deixam de poder escolher entre alternativas políticas reais, perdendo a sua capacidade de comunicar efetivamente suas “condições de desigualdade na esfera privada” (Santos, 2002: 52). Considerando sua importância na manutenção do sistema neoliberal, o consenso é eventualmente apresentado como um dos maiores triunfos da democracia representativa, uma forma “bem-sucedida” de fazer política, ainda que os níveis decrescentes de participação popular indiquem o contrário.

Cabe acrescentar que a lógica do consenso também faz com que outras narrativas associadas à racionalidade neoliberal ganhem expressão, consolidando-se como discursos dominantes. Isto é, a necessidade do consenso enquanto ideologia acaba por promover, igualmente, o consenso acerca de temas diversos, desde questões económicas até assuntos ambientais. Note-se, por exemplo, que termos como “boa governança” e “democracia não-

²⁴ Tradução própria

partidária” se firmaram como conceitos dominantes do discurso político (Mouffe, 2002: 181), sendo empregados em praticamente todo o espectro político-ideológico. Outro detalhe que merece atenção é como o discurso neoliberal contribui, ocasionalmente, para “blindar” as falhas do sistema, distorcendo as reais causas dos problemas socioeconómicos. Quanto a este ponto, Chossudovsky (1999: 34) afirma que:

Esse dogma neoliberal “oficial” também cria seu próprio “contra-paradigma”, incorporando um discurso altamente moral e ético, que se concentra no “desenvolvimento sustentável” e na “diminuição da pobreza”, ao mesmo tempo que distorce e “disfarça” as questões políticas referentes à pobreza, à proteção do meio ambiente e aos direitos sociais das mulheres. Essa “contra-ideologia” raramente desafia as prescrições da política neoliberal. Ela se desenvolve paralelamente e em harmonia com o dogma neoliberal oficial, e não em oposição a ele.²⁵

Essa questão é fundamental na medida em que demonstra como até mesmo as narrativas que se apresentam como reações ao *status quo* — portanto supostamente formuladas fora do consenso hegemónico — acabam sendo cooptadas pelo sistema neoliberal de ideias. Ou seja, cultiva-se também uma espécie de “dissenso hegemónico” que, por sua vez, e porventura paradoxalmente, opera simultaneamente como parte do consenso. Por conseguinte, a perspectiva de uma prática democrática que fomente a pluralidade de opiniões e alternativas políticas reais é duplamente sabotada, resultando na “crise do imaginário político” mencionada por Erik Swyngedouw (2014) e Slavoj Žižek (1999).

O segundo mecanismo de despolitização ideológico-discursivo, que está intimamente relacionado com a lógica do consenso, é a narrativa de neutralidade pós-ideológica. Considerando que a própria racionalidade neoliberal se articula em torno da automatização da vida política, é compreensível que o discurso de neutralidade se tenha firmado enquanto ideologia, promovendo a agenda económica neoliberal como algo necessário ao bom funcionamento do Estado e da sociedade.

Essa noção de neutralidade ficou particularmente em evidência no contexto da crise económica de 2008, quando diversos meios de comunicação levaram os seus leitores (e a população de forma geral) a aceitarem as controversas medidas levadas a cabo pelos governos em funções à época. De acordo com esses grupos mediáticos, o uso de dinheiro público para

²⁵ O autor também afirma que esse “contra-discursos” são muitas vezes financiados por institutos de pesquisa ligados ao próprio Banco Mundial, cujo objetivo seria promover a aparência de um debate crítico. Dessa forma, as instituições financeiras assumem uma imagem mais “humana” e “ética” (Chossudovsky, 1999: 34-35).

socorrer bancos e instituições privadas, juntamente com o corte de gastos em serviços públicos, seria a única alternativa possível para superar a crise. Não se trataria, portanto, de uma decisão ideológica, e sim de uma postura supostamente técnica e pragmática. Um editorial publicado pela *The Economist*, em fevereiro de 2008, mostrou-se bem emblemático a esse respeito:

No curto prazo, defender o capitalismo significa, paradoxalmente, a intervenção do Estado. Há um senso justificável de indignação entre os eleitores e empresários (e certamente dos economistas liberais) de que US\$ 2,5 trilhões do dinheiro dos contribuintes tenham que ser gastos em uma indústria com tanta lucratividade. Mas o socorro global é pragmático, não ideológico (*The Economist*, 2008).²⁶

Já a revista estadunidense *Newsweek*, na capa da edição de fevereiro de 2009, foi ainda mais enfática ao ostentar, ironicamente, o slogan “agora somos todos socialistas” (Anexo 1). Além de retratar a intervenção do Estado no setor financeiro como uma medida técnica e necessária, essa afirmação também sugeria a necessidade de um consenso entre diferentes grupos ideológicos. O que deve ser observado, portanto, é como os discursos da neutralidade e do consenso podem ganhar expressão em contextos de crise, sendo frequentemente utilizados de forma simultânea com o intuito de amenizar a insatisfação popular. Portanto, é com base nessa capacidade de “desmobilização social” que o discurso da neutralidade pode ser identificado como um instrumento de despolitização.

O terceiro mecanismo é a “hegemonia da pequena política” (Coutinho, 2010). Esse conceito, cunhado por Carlos Nelson Coutinho a partir das contribuições de Antonio Gramsci, define-se em contraposição à chamada “grande política”, entendida como as “questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas-sociais” (Gramsci, [1948-1951] 2000: 21). Logo, a pequena política seria tão somente a política do dia a dia, ou seja, a “política parlamentar, de corredor, de intrigas” (*id, ibid*).

A hegemonia da “pequena política” existe, portanto, “quando se torna senso comum a ideia de que a política não passa da disputa pelo poder entre suas diferentes elites, que convergem na aceitação do existente como algo natural” (Coutinho, 2010: 31). Assim, as grandes questões relacionadas aos projetos de sociedade são afastadas da esfera pública, transformando a política num “terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos” (Coutinho, 2010: 32). Uma forma simples de visualizar a hegemonia da pequena política pode ser através das

²⁶ Tradução própria.

seções de economia e de política dos grandes jornais. Na maior parte dos casos, esses espaços dedicam-se exclusivamente a assuntos procedimentais da vida política cotidiana, sem tocar em questões essenciais da organização sistémica. Por conseguinte, ao apresentar a “pequena política” como sendo equivalente à própria política, esse discurso também contribui para esvaziar a esfera pública.

Por fim, mencionamos o quarto mecanismo de despolitização ideológico-discursivo: a retórica anti-Estado e a superioridade do setor privado. Esses dois elementos são entendidos de forma complementar, dado que a desqualificação da burocracia estatal é feita paralelamente ao enaltecimento da iniciativa privada. Além disso, a construção do discurso pautado na ineficiência estatal também implica que essa condição possa ser superada por meio da “privatização” ou desmantelamento de seu aparelho burocrático.

No entanto, o primeiro ponto que precisa ser problematizado é: “o setor privado”, tal como é usualmente concebido, simplesmente não existe (Crouch, 2011: 25). É impossível referirmo-nos a um setor privado homogêneo quando, nesse mesmo domínio, se encontram: grandes corporações; pequenos e médios empreendimentos; fábricas que utilizam trabalho infantil; mineradoras que poluem recursos naturais; e até mesmo aquelas “instituições financeiras cujo comportamento praticamente trouxe o caos em 2008, antes que os governos intervissem para salvá-las” (Crouch, 2011:24)²⁷. Não obstante, é de notar aqui que esse setor privado é retratado como um campo homogêneo, indiscutivelmente eficiente e mais sensível ao consumidor, ao passo que os serviços públicos são vistos como arrogantes e incompetentes. Portanto, a defesa da superioridade do setor privado em relação ao setor público qualifica-se, impreterivelmente, enquanto uma narrativa ideológica da racionalidade neoliberal.

Com o intuito de dismantelar as instituições criadas no contexto do Estado de bem-estar social, o discurso neoliberal também alude ao Estado como sendo autoritário e inimigo da liberdades individuais (Mouffe, 2013: 121). Essa questão é fundamental para elucidar como a hegemonia do neoliberalismo transplantou a antiga retórica da Guerra Fria, baseada na dicotomia entre a democracia ocidental e o totalitarismo soviético, para o interior das instituições do sistema democrático. Nesse novo contexto, as virtudes políticas e civilizacionais passam a estar associadas ao livre-mercado e ao setor privado.

²⁷ Tradução própria.

Esse mecanismo de despolitização é particularmente interessante por uma razão: enquanto os outros discursos visam desestruturar a esfera pública por meio da apatia da população ou da sua convivência com as políticas neoliberais, a retórica anti-Estado opera numa lógica distinta, incitando um sentimento ativo de rejeição ao Estado, aos políticos e à própria política. Dessa forma, embora aparente uma estratégia arriscada ou até mesmo contraditória, esse discurso atua como um importante propulsor do neoliberalismo, afastando a opinião pública da política institucional e reduzindo a sua interferência em questões mais sensíveis.

Em síntese, os mecanismos de despolitização mencionados são frequentemente utilizados de forma combinada, e um mesmo discurso pode conter dois ou mais componentes ideológicas. Para além disso, é imprescindível conhecer as especificidades de cada instrumento ideológico-discursivo a fim de avaliarmos, na sua totalidade, o seu potencial de esvaziar a esfera pública e legitimar o *status quo* neoliberal.

5.2 A DIMENSÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL

Além dos mecanismos ideológicos mencionados, a despolitização da esfera pública também pode ser impulsionada por barreiras estruturais que dificultem ou reduzam a autonomia política o potencial reivindicatório do *demos*. Posto isto, analisaremos como a transformação da estrutura partidária no contexto neoliberal contribuiu para restringir a autonomia política dos indivíduos.

Em primeiro lugar, convém sublinhar a centralidade dos partidos no funcionamento das democracias representativas, sobretudo em razão de seu papel decisivo “no recrutamento das elites parlamentares e no modo de ação dos eleitos” (Martins, 2015:110). Por conseguinte, muitas das críticas dirigidas aos parlamentos refletem, na verdade, o modo de funcionamento dos atuais partidos políticos, cada vez mais orientados “para a conquista do voto de forma indiferenciada” (Martins, 2015: 111). A propagação dos chamados *catch-all-parties*²⁸ traduz-se, com efeito, na mercantilização da atuação política, mas seus efeitos não se restringem ao âmbito parlamentar. Se considerarmos, por exemplo, que as opções eleitorais em determinado

²⁸ Termo cunhado em 1966 por Otto Kirchheimer para classificar o novo modelo de partido político surgido depois da Segunda Guerra Mundial. Essas agremiações tem como prioridade o sucesso eleitoral, abandonando qualquer ambição de enquadramento intelectual das massas e voltando-se para uma audiência mais ampla (Maltez, 2009b). Com o fim da Guerra Fria, esse tipo de organização política ganhou cada vez mais expressão, tornando-se um dos principais símbolos da hegemonia da pequena política no âmbito partidário.

pleito consistem, na maior parte, em agremiações totalmente descaracterizadas e sem qualquer comprometimento a não ser o triunfo nas urnas, é razoável avaliar que tal cenário não é propício à representação política. Sem uma alternativa real, os eleitores são impelidos a abdicar de suas reivindicações políticas iniciais, resignando-se a uma legenda com pouca (ou nenhuma) afinidade político-ideológica.²⁹

Desde o fim da Guerra Fria, o pragmatismo eleitoral tornou-se a principal norma de atuação partidária, resultando no “esbatimento das diferenças (ideológicas e programáticas) entre partidos com expressão parlamentar” (Martins, 2015: 113). Isso significa que os sistemas eleitorais passaram a ser caracterizados não apenas pela hegemonia da pequena política, como também pela lógica de consenso ao centro. De forma mais precisa, esse fenómeno foi impulsionado a partir da metade dos anos 1990, quando partidos tradicionalmente associados à esquerda adotaram os princípios do neoliberalismo nos seus programas, ao mesmo tempo que buscavam manter gastos públicos em áreas consideradas prioritárias. A terceira via, como veio a ser chamada essa corrente, iniciou-se com os “novos democratas” de Bill Clinton, passando pelo *New Labour* de Tony Blair e, de forma menos convincente, na Alemanha com a “die neue Mitte” (Crouch, 2011: 162). Quanto a esta questão, Laval e Dardot (2016: 233) referem:

O longo sucesso do neoliberalismo foi assegurado não apenas pela adesão das grandes formações políticas de direita a um novo projeto político de concorrência mundial, mas também pela porosidade da “esquerda moderna” aos grandes temas neoliberais, a ponto de termos a impressão em certos casos – pensamos sobretudo no “blairismo” – de uma submissão total à racionalidade dominante. Encontraríamos a mesma tendência nos Estados Unidos, onde os “liberals” começaram a falar, pensar e agir como os “conservatives”.

Ao apresentar-se como uma alternativa ao tradicional espectro político-ideológico de esquerda e direita, a terceira via também firmou-se como uma importante expressão da lógica de consenso no contexto neoliberal. Ou seja, embora se apresente como uma superação dos antigos antagonismos, essa pretensa renovação social-democrata acaba por reproduzir fielmente os princípios do mercado, consolidando-se na prática como uma variante do neoliberalismo. Não é por acaso que um dos principais propulsores das parcerias público-privadas foi precisamente o *New Labour* inglês (Mouffe, 2005: 62).

²⁹ Aliás, como já mencionado anteriormente, os partidos políticos são justamente as instituições com o mais baixo índice de confiança (Banco Mundial, 2017: 233), o que evidencia a incapacidade dessas novas agremiações em satisfazer as demandas populares.

Esse novo alinhamento político inaugurado pela terceira via também pode ser definido como “neoliberalismo progressista”, visto que é caracterizado essencialmente pela aliança entre forças progressistas e representantes das grandes finanças (Fraser, 2017: 84). Nessa modalidade, ideias como diversidade, empoderamento ou multiculturalismo são utilizadas para respaldar ou disfarçar práticas nocivas à classe trabalhadora, como no caso do presidente Bill Clinton e de seus sucessores. Em síntese, a “era Clinton” acarretou “uma pesada parcela de responsabilidade pelo enfraquecimento dos sindicatos, o declínio dos salários reais, a crescente precariedade do trabalho e o aparecimento das ‘famílias com dois trabalhadores’ (*idem*: 85). Ao preconizar uma perspectiva individualista de emancipação, pautada na meritocracia e não na igualdade, o neoliberalismo progressista contribuiu para agravar os efeitos sociais do mercado, ao mesmo tempo que não contemplou efetivamente as necessidades das minorias. As recentes demonstrações de violência policial contra afro-americanos, como nos protestos de Ferguson (2014) e de Baltimore (2015), são apenas alguns exemplos a este respeito.³⁰

O ponto aqui não é analisar cada medida levada a cabo por estes governos, mas simplesmente demonstrar como a transformação dos partidos no contexto neoliberal limitou a possibilidade de escolha dos eleitores. A ascensão dos *catch-all-parties* (Teixeira, 2018), juntamente com a consolidação da terceira via, representaram a hegemonia da “pequena política” e da “lógica de consenso” nas principais agremiações com expressão parlamentar, retirando da esfera pública a sua capacidade de influir sobre os rumos da política institucional.

³⁰ Note-se também que a ascensão de famílias com dois trabalhadores, muitas vezes aclamada como um triunfo feminista, se deu conjuntamente com “os níveis salariais degradados, a diminuição da segurança no emprego, o declínio dos padrões de vida, o aumento acentuado das horas de trabalho por salários em cada lar, o exagero de turnos duplos (...) e uma luta desesperada para desviar para outros a prestação de cuidados domésticos e sociais, especialmente para mulheres pobres” (Fraser, 2017: 86).

6. O TRIUNFO DA ANTIPOLÍTICA

Segundo o IDEA (2016: 13), os níveis de participação eleitoral são indicadores vitais sobre o estado da democracia, sobretudo porque refletem a percepção dos indivíduos em relação ao ordenamento político. Em vista disso, a antipolítica pode ser interpretada não apenas como um sintoma de despolitização, mas também como um provável sinal de alerta sobre a baixa credibilidade das instituições. Embora esse fenómeno cumpra um importante papel para a estabilidade do sistema político, mantendo os indivíduos deliberadamente afastados das questões públicas, deve-se ressaltar que níveis exacerbados de rejeição podem sugerir alguma disfunção nos mecanismos de despolitização, uma provável ineficiência do sistema neoliberal em resguardar a sua legitimidade. Ao colocar em risco a harmonia dos processos democráticos, a antipolítica passa a caracterizar-se como um efeito indesejado do neoliberalismo.

No *Ensaio sobre a Lucidez* (2004), de José Saramago, há uma inusitada, porém pertinente referência aos efeitos negativos da antipolítica. Na capital de um país fictício, mais de setenta por cento da população votou em branco, levando as autoridades locais, inconformadas, a realizarem um segundo pleito. No entanto, os novos resultados são ainda mais desalentadores: a proporção de votos em branco aumenta para oitenta e três por cento, o que configuraria, nas palavras do primeiro-ministro, “um golpe brutal contra a normalidade democrática” (Saramago, 2004: 36). As analogias com o atual cenário de crise são inevitáveis. A antipolítica enquanto um “fenómeno social de declínio no interesse e engajamento político” (Wood, 2016: 522) pode perfeitamente interessar apenas e tão só ao poder público, que a fomenta e estimula. Em contextos de insatisfação popular generalizada, esse fenómeno pode manifestar-se de forma orquestrada, voltando-se contra o próprio sistema político. E isso é precisamente o que está em questão nas democracias ocidentais: tal como na obra de Saramago, o descontentamento dos cidadãos atingiu dimensões incômodas.

Desde a crise global de 2008, a insatisfação popular se traduz cada vez mais em demonstrações organizadas. O triunfo da antipolítica marca a transformação da antiga “apatia passiva” — manifesta ao longo dos anos 1990 e 2000 em níveis decrescentes de confiança política (The Economist, 2017; OCDE, 2017; Banco Mundial, 2017) e de participação eleitoral (IDEA, 2016; Banco Mundial, 2017) — em expressões ativas de antipatia direcionada ao governo, à política, e à própria democracia. O sentimento antipolítico passa a configurar-se, assim, como o *modus operandi* dos principais movimentos de contestação.

Por mais que o neoliberalismo tenha desenvolvido estratégias para gerir “a degradação das instituições públicas, a fragilização social, a deterioração cultural e a polarização social de modo a retroalimentarem o seu projeto” (Rendueles, 2017: 223), isso não assegurou a eterna imunidade dessas práticas. Além do mais, a gradativa perda de funcionalidade da esfera pública também contribuiu para reforçar a imagem de uma democracia esvaziada, um rito meramente formal no qual seus cidadãos são desprovidos de qualquer alternativa. Seria, portanto, uma questão de tempo até que os níveis decrescentes de satisfação política se materializarem em formas ativas de contestação. Segundo aponta Mouffe (2005: 69):

Como consequência da pulverização das fronteiras entre esquerda e direita (...) e da ausência de um confronto entre projetos políticos distintos, os eleitores não tiveram a possibilidade de se identificar em categorias políticas democráticas. Isso criou um vazio suscetível a ser ocupado por outras formas de identificação que podem ser problemáticas para o funcionamento do debate democrático.³¹

No contexto de uma esfera pública politicamente disfuncional, partidos e lideranças populistas encontraram as condições ideais para se apresentarem como alternativas legítimas ao *establishment* neoliberal. Apoiando-se no amplo sentimento de rejeição às instituições, esses grupos passam a fazer o uso sistemático da antipolítica como estratégia para angariar apoio popular, prometendo devolver aos indivíduos a autonomia política perdida. Em muitos casos, esse discurso revela-se especialmente contraditório, sobretudo quando proferido por tradicionais nomes do próprio sistema político.

A rejeição à política institucional também permitiu que esses grupos investissem noutras formas de identificação coletiva, substituindo a tradicional dicotomia entre esquerda e direita por categorias morais (Mouffe, 2013). No entanto, muitas dessas construções identitárias são feitas a partir de antagonismos incoerentes, sem qualquer relação com as questões essenciais da vida política. Ressalta-se, por exemplo, que essas narrativas são frequentemente utilizadas com o intuito de marginalizar setores minoritários da sociedade, aumentando-se o risco de crimes de ódio e violações de direitos contra esses grupos. Em suma, a despolitização da esfera pública deu origem a um discurso altamente moralizado, e esse ponto é crucial para entendermos como a antipolítica é instrumentalizada pelos atuais contramovimentos.

³¹ Tradução própria.

6.1 A MORALIZAÇÃO DO DEBATE POLÍTICO

No contexto das eleições norte-americanas de 2016, uma das principais estratégias utilizadas pelos Democratas foi o argumento da “maldade” de Donald Trump e dos seus seguidores (Fraser, 2017: 90). Deixando de lado a preocupação em propor alternativas políticas, Hillary Clinton apoiou-se na pretensa inferioridade moral de seu adversário, na expectativa de que isso lhe bastaria para garantir o triunfo eleitoral. Como sabemos, esse recurso mostrou-se ineficaz, contribuindo apenas para inflamar o insulto às populações rurais e aos trabalhadores industriais do “Cinturão de Ferro”, considerados culturalmente atrasados pelas elites do neoliberalismo progressista (Fraser, 2017: 88). De forma simultânea, Trump não poupou os ataques ao *establishment*, aos imigrantes mexicanos e à China, quase sempre por meio de uma retórica personalista e moralizante.³²

Esse quadro é interessante por retratar a forte presença da moralização do discurso no atual debate político. Na realidade, esse fenómeno não é novo: a cruzada de George Bush contra o “eixo do mal”, assim como a narrativa de Ronald Reagan contra o “império do mal” soviético, já eram alguns notórios exemplos da moralização enquanto estratégia política (Mouffe, 2005: 75). O facto é que o dogma neoliberal sempre se utilizou de um “discurso altamente moral e ético” (Chossudovsky, 1999: 34) com o intuito de manter a sua hegemonia, ao mesmo tempo que ocultou o carácter político de suas práticas e discursos.

Em decorrência da supressão do debate político-democrático, a moralização da política assumiu nova centralidade, tornando-se o principal meio para expressão das insatisfações individuais. De acordo com Mouffe (2002: 184), esse fenómeno caracteriza-se pelo confronto a partir de categorias morais, no qual o antagonismo entre “direita e esquerda” é substituído por “direito e errado”. Nesse sentido,

O estabelecimento de uma fronteira entre os “bons democratas” e a “má extrema-direita” é muito conveniente porque permite considerar “o outro” como uma espécie de doença moral que deve ser moralmente condenada, e não politicamente combatida (Mouffe, 2002: 183).³³

³² No lançamento de sua candidatura, um dos principais traços do discurso de Trump foi a personificação de nações estrangeiras como ameaças à “família” estadunidense, corroborando com a ideia de que os EUA estariam cercados por “um inimigo que ridiculariza o perdedor” (Jamison, 2017: 96): “Quando vencemos o México na fronteira? Eles estão a rir-se de nós, da nossa estupidez. E agora eles estão a derrotar-nos economicamente. Eles não são nossos amigos, acredite em mim” (tradução da autora, com adaptação do mestrando).

³³ Tradução própria.

A postura adotada pelos partidos da terceira via contra os populismos ultranacionalistas é sintomática da racionalidade neoliberal. Ao preconizar a noção de neutralidade pós-ideológica e a superação dos grandes conflitos, os partidos neoliberais frequentemente recusam o confronto político contra esses grupos, optando por uma postura de condenação moral do “outro”. Não obstante, esse posicionamento não se restringe apenas a essas agremiações, sendo também adotado por diversos contramovimentos anti-*establishment*. A profunda rejeição à política institucional criou um terreno suscetível para que as antigas terminologias político-partidárias, socialmente desgastadas e sem apelo identitário, fossem substituídas por categorias morais. Dessa forma, o sentimento antipolítico encontrou na moralização do discurso as condições necessárias para sua instrumentalização efetiva.

Avaliamos, portanto, que a moralização do debate público e a antipolítica estão intimamente interligadas, visto que a primeira se tornou uma importante forma de expressão da segunda. No entanto, essa conjugação possui graves implicações para a qualidade da democracia, não apenas por desvirtuar as reais causas dos problemas políticos, mas também por escalar o debate a um confronto inegociável. Diante do “mal”, nenhum diálogo é concebível, e a única solução razoável seria a sua completa eliminação (Mouffe, 2002: 184). Assim como as retóricas moralizadas de Bush e Reagan, os populismos de extrema-direita também simbolizam essa problemática ao categorizarem imigrantes, ciganos ou grupos étnicos enquanto “o inimigo”, exacerbando as tensões sociais e inibindo qualquer possibilidade de diálogo.

6.2 A ANTIPOLÍTICA NOS CONTRAMOVIMENTOS

Os movimentos de contestação no pós-2008 são, provavelmente, a maior evidência de que a despolitização da esfera pública não foi capaz de pôr fim às tensões sociais, contribuindo apenas para deslocar o debate para uma linguagem antipolítica (e amplamente moralizada). Como já referimos no terceiro capítulo, esses contramovimentos podem ser classificados como progressivos ou regressivos, dependendo das características assumidas em relação ao *establishment*. Para melhor explicitar suas diferenças, recorreremos à contribuição avançada por Della Porta (2017: 67):

Mais uma vez, despontaram forças contrárias (semelhantes ao que Polanyi havia descrito como movimentos de oposição), desenvolvendo-se em dois sentidos: algumas são progressistas, procurando expandir os direitos cívicos como parte de uma concepção cosmopolita e inclusiva, e outras são

regressivas, ansiando por uma ordem já extinta no âmbito da qual apenas um número restrito de privilegiados ficariam protegidos.

Ressalta-se, entretanto, que nem todos esses movimentos de oposição configuram como populismos, podendo apresentar-se também na forma de movimentos sociais, protestos organizados ou mesmo manifestações espontâneas. O mais importante é observar que, na maioria dos casos, essas reações acabam reproduzindo uma lógica discursiva muito similar, ainda que utilizem categorias identitárias distintas.

Rendueles (2017: 226) afirma que a recessão económica “transformou a despolitização pós-moderna amigável e não conflituosa (...) numa grande crise de legitimidade”. Num cenário em que os indivíduos são sistematicamente silenciados, a ocupação do espaço público foi a saída encontrada pelas massas para expressar o seu descontentamento. Foi assim que novos movimentos de contestação, como o *Occupy* e os *Indignados*, surgiram em várias partes do mundo para opor-se às medidas de austeridade e reivindicar formas alternativas de participação. Esses contramovimentos urbanos foram alguns dos primeiros esforços de repolitização realizados após 2008, porém algumas questões devem ser levantadas.

Em comparação com a primeira onda de grandes protestos contra o neoliberalismo, iniciada em 1999 na cidade de Seattle, esses novos contramovimentos têm como ênfase a defesa dos direitos conquistados nos anos 1960 e 1970 e a “proteção moral contra o capitalismo imoral” (Della Porta, 2017: 68). Outra característica é a expressiva heterogeneidade de sua base social, o que pode ser constatado no próprio manifesto do 15M: “Alguns de nós somos progressistas, outros conservadores. Alguns são crentes, outros não. Alguns têm ideologias claramente definidas, outros são apolíticos”³⁴. Essa vasta abrangência fomentou uma articulação em termos mais genéricos (cidadãos, pessoas, 99%), dificultando o estabelecimento de pautas políticas específicas, além de propiciar uma postura de moralização. Na percepção de Mouffe (2013: 120), por exemplo, o slogan utilizado pelo *Occupy*, “Nós somos os 99%”, seria problemático por limitar-se a uma simples condenação moralista dos “maus 1%”, deixando de lado qualquer estratégia política mais consistente.

Acresce também que muitos ativistas do *Occupy* eram contrários e críticos do Fórum Social Mundial pelo facto de o considerarem excessivamente influenciado pelos políticos da esquerda tradicional (Mouffe, 2013: 118). Compreendemos, assim, que muitos desses

³⁴ Trecho do manifesto do 15M, tradução livre. Disponível em: <http://www.democraciarealya.es/manifiesto-comun/manifiesto-english/>. Acesso em 18/08/2018.

movimentos de reação ao sistema operam na mesma lógica da racionalidade neoliberal, o que acaba frustrando continuamente os seus esforços de repolitização (Romano, 2017: 493-494). Mas se o carácter antipolítico desses contramovimentos impossibilitou um confronto mais coeso e coerente com as elites neoliberais, essa mesma postura passou a ser propositalmente adotada em seguida, nomeadamente por partidos e lideranças populistas.

É verdade que nos primeiros anos pós-crise, os contramovimentos se deram na forma de protestos sociais, em geral com tendências mais progressistas. Porém hoje o cenário adquire novas feições na medida em que “ondas de choque eleitorais ecoam por todo o mundo, incluindo nos bastiões da finança global” (Fraser, 2017: 84). A eleição de Trump nos Estados Unidos e o crescimento da Frente Nacional de Le Pen, por exemplo, são alguns indícios das tendências regressivas que ganham expressão nas instâncias políticas, assim como Corbyn, Sanders ou o Podemos podem ser entendidos como sua contraparte progressista. O facto é que os contramovimentos tem se deslocado para o âmbito institucional, dando origem a lideranças populistas cujo discurso visa uma aproximação com as insatisfações das ruas. Não cabe aqui julgar a legitimidade política de cada um desses movimentos, mas apenas chamar atenção para um elemento transversal a quase todos: o uso da antipolítica enquanto estratégia eleitoral.

Mencionando novamente as eleições norte-americanas de 2016, vimos que tanto Hillary como Trump utilizaram-se de uma retórica moralista, porém somente o candidato republicano se apresentou efetivamente como antipolítico. O sentimento de rejeição ao Estado, às instituições e à política fomentado pelas práticas neoliberais tornou-se um requisito essencial para conquistar o apoio de distintas coletividades. Marine Le Pen, por exemplo, recusa a denominação de extrema-direita, afirmando que “a divisão entre direita e esquerda não faz mais sentido” (Chrisafis, 2011: para.17).³⁵ Como vimos anteriormente, essa retórica revela-se muito próxima da lógica consensual do neoliberalismo, sendo agora empregada contra a ordem estabelecida. Por mais paradoxal que possa parecer, a recusa da política tem se mostrado uma estratégia eficaz no contexto eleitoral, sendo determinante para atrair os cidadãos desiludidos com as instituições públicas.

Por outro lado, não são apenas os contramovimentos progressistas e regressivos que se apoiam nesse tipo de discurso. Como era previsto, candidatos alinhados ao programa neoliberal

³⁵ Tradução própria.

também capitalizam o sentimento de rejeição à política, investindo na imagem de *outsider*³⁶ para não serem identificados com o sistema. O presidente argentino Mauricio Macri, por exemplo, aproveitou-se da sua carreira bem-sucedida como gestor desportivo para construir uma reputação de neutralidade (Mejía, 2016: 75)³⁷, além de ter desenvolvido toda a sua campanha eleitoral em torno da ideia de mudança (Ramos, 2017: 118). No entanto, o viés ideológico da sua agenda ficaria evidente logo nos primeiros anos de mandato, caracterizados por ajustamentos de austeridade e, mais recentemente, por um acordo de empréstimo junto ao FMI (Molina, 2018).

De forma similar, Emmanuel Macron ganhou as eleições francesas situando-se fora do espectro esquerda-direita e criticando os partidos tradicionais, embora tenha sido ministro do governo socialista e membro da equipe de Hollande (Bordignon, 2017). Acontece que o seu alinhamento político está longe de ser uma novidade, assemelhando-se muito ao neoliberalismo progressista típico da terceira via (Askenazy, 2018: para.6). É por essas razões que nem Emmanuel Macron, nem Mauricio Macri podem ser vistos como personalizando reações efetivas ao *status quo* neoliberal, configurando-se apenas como contramovimentos aparentes.

Com base nos exemplos brevemente analisados, constatamos que a antipolítica tornou-se determinante para as articulações contra-hegemónicas, seja na forma dos protestos urbanos, seja no caso dos populismos. Além disso, notamos que personagens neoliberais também compreenderam a importância desse fenómeno, articulando-se em torno de identidades “menos políticas”. Ser antipolítico tornou-se uma condição essencial para a disputa eleitoral, e isso deve-se muito à conjuntura de desconfiança institucional fomentada pelos mecanismos de despolitização. Reconhecemos também que algumas dessas mobilizações são especialmente problemáticas para a qualidade da democracia, sobretudo quando colocam em risco a integridade de grupos minoritários. Ainda assim, o histórico das práticas neoliberais não deixa dúvidas de que esses contramovimentos emergem, inicialmente, como reações ao défice democrático. Conforme observamos no caso estadunidense, uma eventual inversão de causa e efeito, na qual a extrema-direita é moralmente culpabilizada como a origem do défice democrático, reflete um grave erro de análise de conjuntura, o que dificilmente auxiliará a

³⁶ Segundo Ramos (2017: 108), entende-se como *outsider* todo candidato cujo objetivo é chegar ao poder mediante a crítica ao poder estabelecido.

³⁷ Macri foi presidente do Boca Juniors, clube desportivo mais popular da Argentina, de 1995 a 2008 (Ramos, 2017: 117). A gestão neutra e apolítica do futebol foi a base de sua proposta política para o PRO (*Propuesta Republicana*), onde “ideologias, mobilizações, ativismos e conflitos não tem lugar” (Mejía, 2016: 72).

reverter o atual cenário de crise. Resta apenas saber se a eclosão desses contramovimentos será suficiente para repolitizar a esfera pública, aproximando os cidadãos dos mecanismos de decisão e abrindo caminho para um modelo democrático que supere sua estrutura formalista.

7. O CASO BRASILEIRO

Analisar a conjuntura brasileira certamente não é um exercício simples, seja pelos inúmeros escândalos políticos que se arrastam desde 2013, seja pela sua complexa organização institucional.³⁸ Reconhecendo isso, este capítulo não objetiva trazer explicações universais para o atual quadro político brasileiro, mas sim avaliar os (possíveis) impactos das práticas e discursos associados à racionalidade neoliberal para a qualidade da democracia no Brasil. Sem diminuir a importância das outras variáveis envolvidas no processo, este estudo de caso seguirá a mesma estrutura de análise utilizada para os mecanismos de despolitização, isto é, terá em conta três dimensões. Para tal, abordamos inicialmente alguns indicadores relativos ao cenário de instabilidade política no Brasil.

7.1 O QUADRO DE CRISE POLÍTICA

A crise financeira global de 2008 não atingiu todas as partes do mundo de forma simultânea. Na América Latina, os seus efeitos foram sentidos após os países ricos, encerrando um “período de benesses proporcionadas principalmente pelos altos preços das *commodities*” (Valente, 2018: 59). No Brasil, a crise chegou de forma mais contundente no ano de 2009, levando o governo a adotar uma combinação contraditória entre ortodoxia económica “na taxa de juros e no superávit primário, com medidas ditas ‘anticíclicas’ de ampliação dos financiamentos e subsídios ao capital produtor de valor” (Mattos, 2016: 90). Essa medida pareceu inicialmente eficaz, mas a queda no ritmo de crescimento da China — principal

³⁸ No que se refere ao sistema eleitoral, identificamos a coexistência de três modelos distintos: maioria simples (um turno) para senadores, proporcional de lista aberta para vereadores e deputados, e maioria absoluta (dois turnos) para os cargos de presidente, governador e prefeitos de cidades com mais de 200 mil eleitores (Nicolau, 2002, 2006). Nenhum país utiliza o sistema de lista aberta há tanto tempo (idem, 2006: 690), sobretudo com um eleitorado tão expressivo (segundo o Tribunal Superior Eleitoral, 147.306.275 eleitores aptos a votar em 2018). Em relação ao sistema partidário, deparamo-nos com um multipartidarismo profundamente fragmentado, no qual muitas agremiações se comportam como “legendas de aluguel” desprovidas de militância e sem qualquer conteúdo programático (Costa, 2018: para.6). São, portanto, muitos os fatores estruturais que influem no comportamento e percepção política dos brasileiros, tornando impossível a sua compreensão a partir de uma análise unidimensional.

importadora de *commodities* do Brasil — e a recuperação da economia estadunidense, cujo cenário se tornou mais atrativo aos investidores, fizeram a “recaída da economia brasileira na crise uma questão de tempo” (*id. ibid.*). Adicionalmente a esses problemas, escândalos de corrupção envolvendo a Petrobrás³⁹, empresários e políticos de topo passaram a ser amplamente divulgados pelos meios de comunicação, sobretudo a partir do desencadear da “Operação Lava-Jato” em 2014, inflamando ainda mais a insatisfação popular contra o governo (Valente, 2018: 80). Esse contexto pode ser considerado como o prelúdio de uma grave crise política que se estende até os dias de hoje, refletindo-se em um cenário de incertezas e na deterioração dos indicadores democráticos.

Segundo o instituto Latinobarómetro⁴⁰ (2017: 17), apenas 13% da população brasileira está satisfeita com a democracia, o que coloca o Brasil na pior colocação do ranking latino-americano, logo atrás de El Salvador (15%) e Peru (16%). A última edição do *The Economist Intelligence Unit's Democracy Index*, por sua vez, demonstra que de facto há um declínio gradual na qualidade da democracia brasileira desde 2014, como pode ser observado abaixo:

Quadro 2: O declínio da democracia brasileira de 2014 e 2017

Ano	Pontuação
2014	7.38
2015	6.96
2016	6.90
2017	6.86

Fonte: *The Economist Intelligence Unit* (2018)

Outro fenómeno identificado no contexto brasileiro é a antipolítica, traduzida principalmente nos baixos níveis de confiança nos governos e nos partidos políticos. De acordo com o Latinobarómetro (2017: 26), os partidos são as instituições com menor índice de confiança em toda a América Latina, o que converge com as tendências globais apontadas pelo Banco Mundial (2017: 233-234). Esse documento nota também que o Brasil é o país latino-

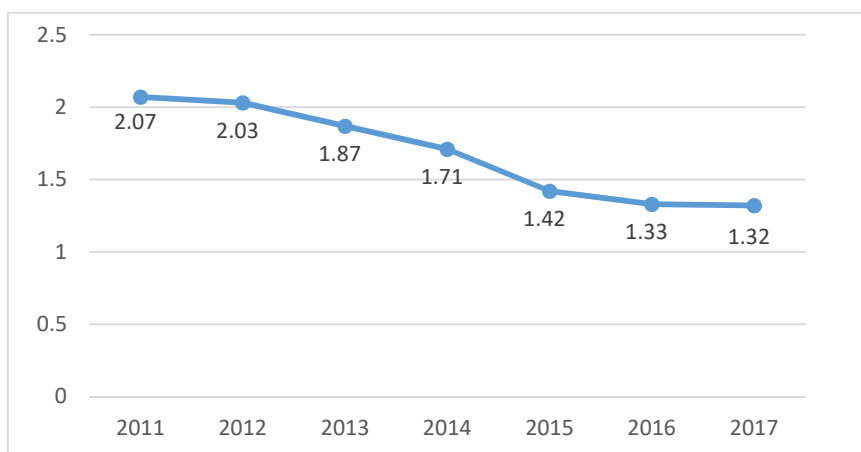
³⁹ A Petrobrás (Petróleo Brasileiro S.A.) é uma sociedade anônima de capital aberto cujo principal acionista é o governo brasileiro. Foi fundada em 1953 sob a presidência de Getúlio Vargas e é, ainda hoje, uma das maiores petrolíferas do mundo. Ver: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/>

⁴⁰ A *Corporación Latinobarómetro* é um importante instituto de pesquisa sediado em Santiago, no Chile. É responsável por divulgar anualmente medições sobre a sociedade, economia e o desenvolvimento democrático. Para a realização de seu *Informe 2017*, foram aplicadas 20.200 entrevistas em 18 países, com uma margem de erro em torno de 3% (Latinobarómetro, 2017: 3).

americano que menos confia nos partidos, ao passo que somente 8% dos brasileiros dizem confiar nos seus governos (Latinobarómetro, 2017: 25, 27).

Segundo um levantamento feito pelo Ibope⁴¹, a identificação dos brasileiros com os partidos políticos diminuiu consideravelmente desde o início dos anos 1990. Segundo esta instituição, o número de apartidários — isto é, pessoas que não se identificam com nenhuma agremiação — subiu de 38% em 1988 (portanto, ainda antes da inauguração do neoliberalismo no Brasil), para 54% em 2012 (Duailibi e Toledo, 2013). No entanto, o contexto parece ainda mais preocupante se levarmos em conta os indicadores do Fórum Económico Mundial, segundo os quais o Brasil aparece em último lugar em termos de confiança nos políticos.⁴²

Figura 3: Confiança nos políticos



Fonte: Banco Mundial (2018)

A insatisfação popular também pode ser constatada pelo alto número de abstenções, votos brancos e nulos no âmbito eleitoral. Nas eleições presidenciais de 2014, cerca de 38 milhões de eleitores (29,03% do total) não votaram em nenhum candidato no primeiro turno, superando até mesmo os 34,8 milhões de votos recebidos pelo segundo candidato, Aécio Neves (Martín, 2014). Esses números são os mais elevados desde as eleições de 1998, quando as abstenções e votos inválidos⁴³ chegaram a 36% (*id. ibid.*). Note-se também que

⁴¹ Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.

⁴² Dados coletados pelo Fórum Económico Mundial e disponibilizados pelo Banco Mundial através da plataforma TCdata360. A medição baseia-se na seguinte pergunta: “em seu país, como você classificaria os padrões éticos dos políticos? [1= muito baixo; 7= muito alto]”. Disponível em: <https://tcdata360.worldbank.org/>. Acesso em 25/08/2018.

⁴³ De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, apenas consideram-se válidos os votos nominais ou de legenda. Portanto, votos em branco ou nulos não entram na apuração dos resultados. Ver: <https://www.eleicoes2018.com/que-sao-votos-validos/>. Acesso em 25/08/2018.

Fenómeno semelhante ocorreu em 2010, quando os 34,2 milhões de votos brancos, nulos e abstenções (25,1% do total) ficaram "à frente" de José Serra (PSDB), que teve 33,1 milhões de votos. Em 2002, ocorreu o mesmo, quando a soma foi de 30,2 milhões (26,2%) e a votação do segundo colocado, também Serra, foi de 19 milhões (Carta Capital, 2014: para.3).

De acordo com Costa (2006: 6), esse não é um fenómeno novo. Mesmo sendo o voto obrigatório no Brasil, as taxas de “alienação eleitoral”⁴⁴ mostram-se consideravelmente altas desde a primeira eleição presidencial da Nova República, em 1989 (*id, ibid*)⁴⁵. Em relação aos pleitos municipais (para prefeitos e vereadores), os resultados mais recentes também chamam atenção. Nas eleições realizadas em 2012, foram contabilizados 26,5% de abstenções, votos brancos e nulos no segundo turno, enquanto em 2016 esse número subiu para 32,5% (Caram e Ramalho, 2016). Diante dessas observações, fica evidente, portanto, a forte presença da “alienação eleitoral” no contexto político brasileiro. Além disso, podemos identificar uma significativa deterioração nos indicadores político-democráticos durante a atual crise política.

Desde as manifestações de 2013, importantes acontecimentos marcaram o contexto de crise política no Brasil: o conturbado processo de impeachment⁴⁶ de Dilma Rousseff; a prisão do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha; a alta impopularidade do presidente Michel Temer — segundo o instituto Datafolha⁴⁷, a mais alta da história brasileira, com 82% de rejeição (Boghossian, 2018) —; e a prisão de Lula da Silva, que, mesmo condenado em segunda instância, mantém a liderança nas principais pesquisas de intenção de voto (Rossi e Sanches, 2018; Datafolha, 2018). Não há dúvida, portanto, quanto ao impacto de cada um desses eventos para a redução da confiança nos políticos, porém esse contexto não deve ser analisado de forma isolada. Considerando que a abstenção eleitoral sempre se mostrou expressiva no país, defendemos que o período pós-2008 aponta também para um (possível) desgaste de antigas práticas e discursos identificados com a racionalidade neoliberal, presentes desde os anos 1990.

⁴⁴ No contexto desta dissertação, o conceito de “alienação eleitoral” respeita ao conjunto de votos nulos, brancos e abstenções (Costa, 2006).

⁴⁵ Nas eleições de 1989, “foram mais de 15 milhões de eleitores inscritos [18,3% do total] que ou se abstiveram, ou anularam o voto ou votaram em branco, significando em termos numéricos mais do que os votos em Luiz Inácio Lula da Silva que obteve 11.622.673 votos no 1º turno” (Costa, 2006: 6). Em 1994, a alienação eleitoral chegou a 31.409.557, ou seja, 1/3 dos inscritos (*idem*: 153), ao passo que nas eleições de 1998 a alienação atingiu seu pico de 36% (35.936.382 de eleitores) (Martin, 2014).

⁴⁶ Na votação para autorização do processo de impeachment na Câmara dos Deputados, as justificativas para apoiar ou não a destituição de Dilma demonstrou que grande parte dos parlamentares não baseou-se em fundamentos jurídicos ou políticos (Benites, 2016). Como demonstram Carneiro e Prandi (2018: 10), apenas 6,5% dos deputados efetivamente citaram as chamadas “pedaladas fiscais” como justificativa de voto.

⁴⁷ O Datafolha foi fundado em 1983 e é um dos mais importantes instituto de pesquisa e de opinião do Brasil. Ver <http://datafolha.folha.uol.com.br/sobre/historia/index.shtml>. Acesso em 29/08/2018.

7.2 O NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Não se trata de direita ou esquerda. Essa discussão está sendo enterrada sob os escombros do Muro de Berlim. A correta divisão que me separa do meu adversário [Luiz Inácio Lula da Silva] é uma só. É uma ideia nova contra uma ideia velha. É uma visão moderna contra uma visão atrasada. É um futuro possível contra um passado já testado, por exemplo, na Polónia, na Hungria, na Alemanha Oriental e na Tchecoslováquia. Um passado que, como estamos vendo, fracassou. Qual de nós dois é o novo? (Mello, 1989).⁴⁸

A implantação do neoliberalismo no Brasil remonta ao início dos anos 1990 do século passado, mais precisamente no governo do primeiro presidente democraticamente eleito, Fernando Collor de Mello. Ainda que medidas de cunho neoliberal tenham sido adotadas anteriormente nos governos Figueiredo (1979-1985) e Sarney (1985-1990), esse período é comumente considerado como o marco fundamental da institucionalização neoliberal no país (Maciel, 2011: 98). O desgaste político do regime militar⁴⁹ e o fracasso das políticas heterodoxas do governo Sarney (1985-1990), criaram espaço para uma abertura económica sem precedentes (*idem*: 100). Além do mais, o contexto internacional, marcado pelo fim da Guerra Fria e pelo subsequente triunfo do neoliberalismo, certamente exerceu forte influência sobre o imaginário político nacional, como pode ser comprovado no próprio discurso de Collor citado acima. Havia um interesse em afastar-se da imagem politicamente desgastada da ditadura, e uma das principais estratégias adotadas pelo novo governo foi a busca por um consenso em torno da neutralidade pós-ideológica (nem esquerda, nem direita).

Como refere Sallum Jr. (1999: 27), o governo Collor “contribuiu para danificar o arcabouço institucional nacional-desenvolvimentista e para orientar em um sentido anti-estatal e internacionalizante a sociedade brasileira.” Dentre as medidas adotadas nesse período, refira-se a implementação de programas de redução das tarifas de importação, de desregulamentação das atividades económicas e de privatização de empresas estatais (*idem*: 27-28). Dessa forma, a orientação político-económica afastava-se definitivamente do antigo paradigma de crescimento centrado no Estado.

⁴⁸ Transcrição de parte do discurso feito por Fernando Collor de Mello em programa de televisão em 1989, no âmbito das campanhas eleitorais no segundo turno contra Lula da Silva. Disponibilizado por Noblat, R. (2010) em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bda2hEt8xPU>. Acesso em 30/08/2018.

⁴⁹ Ressalta-se que em 1987 (portanto dois anos após o fim formal da ditadura militar), o governo Sarney reprimiu duramente movimentos grevistas com o uso de tanques de guerra sob o comando do general Leônidas Pires Gonçalves (Veja, 1987), atualmente conhecido por crimes de tortura. Portanto, a contexto de transição democrática ainda despertava fortes receios e desconfiança por parte da população.

A partir de 1992, o envolvimento de Collor e de seus assessores em um esquema de corrupção agravou ainda mais o cenário de descontentamento popular, já inflamado em razão do fracasso económico de Marcílio Marques Moreira (Maciel, 2011: 103-104). Foi nesse âmbito que surgiu o “Fora Collor”, amplo movimento político sob a liderança das mesmas forças que haviam apoiado a candidatura de Lula. O curioso é que, apesar de ainda apresentarem um perfil anti-neoliberal em certos aspectos, “prevaleceram as bandeiras da probidade administrativa, da anticorrupção e da ética na política como conteúdo ideológico fundamental” (*id.* 104). Nas palavras de Maciel (2011: 104), “a centralidade da questão ética na luta e no discurso das forças oposicionistas indica a inflexão moderada sofrida no movimento social das classes subalternas após a derrota de 1989, principalmente na CUT⁵⁰ e no PT.” Esse movimento pode ser considerado, conseqüentemente, como a primeira acomodação das principais organizações da esquerda brasileira à normatividade neoliberal.

Logo após o afastamento Collor, Itamar Franco (1992-1995) assume a presidência com o slogan *Brasil, união de todos*, prometendo aumentar os salários reais e modificar o programa de privatizações. No entanto, o acordo de empréstimo de US\$ 6 bilhões firmado com o FMI no ano anterior tornava essas propostas irrealizáveis, já que comprometera o governo brasileiro “durante um período de vinte meses, em um conjunto de reformas económicas” (Chossudovsky, 1999: 175). Ademais, a reforma neoliberal implementada no governo Collor já havia avançado de tal forma que inviabilizava qualquer retorno ao nacionalismo desenvolvimentista (Sallum Jr., 1999: 29). Por conseguinte, Franco acabaria por nomear Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda, encarregando-o de conduzir todas as medidas económicas recomendadas pelo FMI (Chossudovsky, 1999: 176).

O êxito do Plano Real em controlar a hiperinflação proporcionou a FHC o prestígio necessário para assumir a presidência da República, cargo que manteria por dois mandatos consecutivos (1995-2003). Uma das principais marcas do seu governo foi o aprofundamento da institucionalização neoliberal e a superação definitiva da “Era Vargas”, sobretudo através do desmantelamento “dos alicerces legais do Estado nacional-desenvolvimentista” (Sallum Jr., 1999: 32). Para isso, Fernando Henrique empenhou-se numa série de reformas constitucionais, totalizando 35 emendas aprovadas ao longo de seus mandatos (Couto e Arantes, 2006: 46). Apoiando-se numa legislação mais favorável à venda de empresas estatais, FHC promoveu um

⁵⁰ A Central Única dos Trabalhadores é a maior central sindical do Brasil, atualmente conhecida pela sua proximidade com o Partido dos Trabalhadores.

enorme programa de privatizações, tanto no âmbito federal como estadual (Sallum Jr., 1999: 32). Note-se também que o governo de Fernando Henrique notabilizou-se pela consolidação do chamado “presidencialismo de coalização”, termo cunhado por Sérgio Abranches, em 1988, e que pode ser entendido da seguinte forma:

(...) o presidente do Brasil se elege com uma quantidade muito maior de votos do que o seu partido recebe nas eleições para o Congresso Nacional, criando a necessidade de alianças políticas no Congresso (Abranches, 1988). Por sua vez, as negociações para a conquista de maiorias no Congresso Nacional fornecem ao presidente ampla capacidade de agenda no Congresso (Avritzer, 2016: 30).

Avritzer (2016: 8) sublinha que essas negociações por apoio parlamentar e alianças interpartidárias frequentemente “tem como moeda de troca recursos públicos alocados no orçamento da União ou cargos distribuídos nos ministérios”. Foi inclusive graças ao “presidencialismo de coalizão” que o Fernando Henrique conseguiu aprovar 84% de suas proposições de lei, mesmo tendo o seu partido (PSDB) sendo minoria na Câmara (13% dos deputados federais no primeiro mandato e 15% no segundo) (*idem*, 2016: 33). Percebe-se, assim, como o próprio funcionamento do sistema político brasileiro é substancialmente reformulado num ambiente propício à hegemonia neoliberal. O consenso em matérias políticas torna-se uma questão passível de ser negociada, podendo ser aceite ou rejeitada de acordo com os termos oferecidos. Esse é um elemento fundamental que caracteriza o sistema político brasileiro, estendendo-se até os anos recentes da sua história.

Em 2003, Lula da Silva é eleito presidente da República, dando início a um ciclo de doze anos de governo petista (até o fim do segundo governo Dilma, em 2016). Os seus mandatos foram marcados por um regime de ampla conciliação de interesses, muito similar ao neoliberalismo progressista da terceira via. Essa característica já era anunciada, por exemplo, na Carta ao Povo Brasileiro de 2002, na qual Lula buscou tranquilizar o empresariado e os mercados, manifestando sua disposição em “dialogar com todos os segmentos da sociedade” (da Silva, 2002). Além disso, o PT adaptou-se integralmente ao “presidencialismo de coalizão”, deixando de lado a “atuação programática” e a “formulação substantiva de novos desenhos de sociedade” (Nogueira, 2016: 152) em prol de uma gestão de pequena política.

O grande empresariado brasileiro sempre esteve bem representado nos governos petistas, como ficaria evidente logo na primeira composição ministerial de Lula, com “Furlan na Indústria e Comércio, Rodrigues na Agricultura e Meirelles no Banco Central” (Mattos,

2016: 87). No entanto, o neoliberalismo dos governos Lula também incorporou uma agenda de redistribuição de renda através de políticas compensatórias⁵¹, focalizadas sobretudo no “bolsa família”, o que foi viabilizado graças ao contexto internacional favorável. Essa combinação foi apresentada como o caminho ideal para a superação das desigualdades sociais, ao mesmo tempo que fornecia as bases para os discursos de “crescimento sustentável” e de “justiça social” (Mattos, 2016: 90-91).

Se o consenso neoliberal conseguiu manter sua funcionalidade ao longo dos governos Lula, a conjuntura alterou-se de forma significativa a partir da ascensão de Dilma Rousseff (2011-2016). Fatores externos, como retração da economia chinesa (principal importadora de *commodities* do Brasil) e a queda no preço do petróleo, somaram-se a um contexto interno de gestão económica ineficiente⁵², inviabilizando, dessa forma, a continuidade das políticas sociais (Nogueira, 2016: 147-148). Por outro lado, grandes compromissos assumidos no governo anterior (como a Copa do Mundo) mostravam-se insustentáveis do ponto de vista económico (Fernandes, 2017: 80), acentuando o isolamento político da presidente. O antigo “presidencialismo de coalizão” sustentado pelo PT perdia, assim, as suas bases, e nem mesmo a nomeação de Joaquim Levy — antigo vice-presidente do BID e doutor pela Universidade de Chicago — para o Ministério da Fazenda foi suficiente para restabelecer o pacto político. No plano social, grandes protestos tomavam as ruas das principais cidades do país, ao mesmo tempo que os meios de comunicação dedicavam grande parte de seu espaço para noticiar escândalos de corrupção que comprometiam a imagem do governo (Gomes, 2016).

Com o impeachment de Dilma Rousseff, o neoliberalismo brasileiro passou por mais uma readaptação sob o governo de Michel Temer (2016-2018), caracterizado pela intensificação das políticas de austeridade. O comprometimento obstinado do novo presidente com o ajustamento fiscal acabou por relegar questões de direitos humanos para segundo plano, inaugurando, assim, um programa neoliberal de carácter mais conservador. Uma das primeiras medidas de Temer ao assumir a presidência foi extinguir o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, o que resultou numa “redução significativa dos recursos e

⁵¹ Importa destacar, no entanto, que essas políticas de facto produziram alterações na pirâmide social brasileira. Embora não tenham conseguido superar as questões estruturais de desigualdade, estima-se que mais de 30 milhões de brasileiros saíram da miséria ao longo dos governos petistas (Banco Mundial, 2017: 42).

⁵² Conforme refere Nogueira (2016: 148), o grande problema foi o carácter artificial e limitado do modelo económico adotado, uma vez que “não propiciou o aproveitamento das vantagens oferecidas pelo ciclo expansionista inicial (entre 2004 e 2012, aproximadamente) para impulsionar reformas de carácter estruturante, com que teria sido possível consolidar os avanços.”

programas dedicados a salvaguardar os direitos das mulheres e meninas” (Amnistia Internacional, 2017: 86). Somado a isso, note-se ainda que o atual Congresso, eleito em 2014, possui o perfil “mais conservador desde o golpe de 1964” (DIAP, 2018), reafirmando, dessa forma, o fim do neoliberalismo progressista.

O governo Temer aprovou também uma série de medidas impopulares, como a reforma trabalhista, a emenda constitucional nº 95 (que institui um limite de gastos sociais por 20 anos) e a reforma da previdência, mesmo diante da alta rejeição dos brasileiros⁵³. A julgar pelos atuais indicadores político-democráticos apresentados, o aprofundamento da austeridade não parece ter sido suficiente para reverter a crise política e recobrar a confiança da população.

7.3 OS MECANISMOS IDEOLÓGICOS E DISCURSIVOS

É praticamente impossível avaliar os mecanismos ideológicos e discursivos no contexto brasileiro sem recorrer à atuação dos principais meios de comunicação. A influência exercida pela Revista Veja desde o governo Collor⁵⁴, bem como o histórico papel desempenhado pela Globo na ditadura militar⁵⁵, são alguns dos fatores que evidenciam a centralidade dos média brasileiros enquanto instrumentos político-ideológicos. Também é útil salientar que, segundo dados do *Media Ownership Monitor*, da ONG Repórteres sem Fronteiras, o sistema mediático brasileiro caracteriza-se por uma “elevada concentração de audiência e de propriedade”, em que apenas cinco grupos concentram mais da metade dos veículos do país (RSF, 2017). Tendo em vista o expressivo monopólio de informação existente no Brasil, e partindo da visão de Bourdieu (1997: 139), segundo a qual a atuação dos meios de comunicação concorre para “produzir um efeito global de despolitização”, reforçamos a capacidade dos média brasileiros em estabelecerem “consenso sobre os temas agendados” (Gomes, 2016: s/n).

⁵³ Segundo o Datafolha, 71% dos brasileiros eram contra a reforma da previdência (Pinto, 2017), ao passo que 60% da população se diziam contrários a emenda dos gastos (Boldrini, 2016). De acordo com o instituto Ipsos, a reforma trabalhista era rejeitada por um em cada seis brasileiros (Ipsos, 2017).

⁵⁴ A Veja é a maior revista semanal do Brasil e a segunda maior do mundo, alcançando mais de 6 milhões de leitores toda semana (Grupo Abril, 2018). Tornou-se muito influente politicamente após divulgar uma entrevista de Pedro Collor, na qual denunciava seu irmão, o então presidente Fernando Collor. Após o *impeachment*, em 1992, o prédio da Editora Abril foi coberto de verde e amarelo (Silva, 2016: 113).

⁵⁵ As organizações Globo apoiaram não somente o golpe de 1964, mas o próprio regime militar como um todo. No dia 31/04/2013, o grupo finalmente publicou um editorial admitindo que tal apoio fora um “posicionamento equivocado”. Ver: <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em 02/09/2018.

Um dos mais importantes mecanismos ideológicos preconizados pelos média é, sem dúvida, a agenda anticorrupção. A inegável e sistemática prioridade concedida aos escândalos políticos na agenda mediática contribui para deturpar, reduzir, ou mesmo apagar “os problemas mais profundos para a sociedade brasileira, como as contradições do modelo de desenvolvimento económico” (Hoeveler; Melo, 2016: 47). Dito de outra forma, a caracterização da corrupção como a causa principal dos problemas sociais concorre para excluir a grande política do debate na esfera pública, consolidando-se, dessa forma, a hegemonia da pequena política (Coutinho, 2010).

A segunda razão pela qual entendemos a agenda anticorrupção como um mecanismo ideológico de despolitização é seu carácter anti-Estado. De acordo com Hoeveler e Melo (2016: 50), a identificação do estatismo com práticas de corrupção ganhou expressão nos anos 1990, fortalecendo o consenso neoliberal mediante a crença na superioridade das empresas privadas, supostamente menos corruptas que as estatais. Além do mais, Filgueiras e Araújo (2014: 49) afirmam que a publicidade desses escândalos de corrupção inserem-se “[n]um contexto de crítica social da política explícito, corroborando uma visão comum de que o Estado brasileiro é o espaço natural dos vícios.”

Se levarmos em conta o Latinobarómetro de 2017, podemos constatar que a corrupção tornou-se de facto uma questão prioritária para os brasileiros, sendo considerada o problema nacional mais importante para 31% da população (Latinobarómetro, 2017: 35). Essa foi a primeira vez em seus 22 anos de estudo que a corrupção foi identificada como a maior preocupação de um país da região (Figueiredo, 2017). Quanto a este ponto, é importante destacar que este trabalho não tem qualquer pretensão em deslegitimar a insatisfação popular com a corrupção, ou mesmo naturalizar essas práticas (comuns desde antes de Lula, diga-se de passagem), mas apenas reforçar como a agenda anticorrupção pode ser frequentemente usada enquanto um mecanismo de despolitização da esfera pública.

Conforme demonstram Gehkre et al. (2017: 164), das 623 edições publicadas pela Revista Veja entre 2003 e 2014, “97 trazem capas de casos de corrupção ou consequências do ato”, consolidando-se aquela como o assunto mais mencionado nesse período, juntamente com o tema da saúde. Outro estudo, realizado por Mota e Almeida (2017), também corrobora a

expressiva ênfase atribuída ao tema da corrupção. Desde o início da Operação Lava Jato⁵⁶, entre março de 2014 e fevereiro de 2017, 95 das 154 capas publicadas pela Veja deram destaque à operação, “considerando sempre a corrupção como o mal maior do Brasil” (Mota e Almeida, 2017: 8).

Como se não bastasse a enorme quantidade de capas sobre o tema, a forma como a corrupção tem sido abordada no âmbito da Operação Lava Jato chama também a atenção. Utilizando-se frequentemente de um antagonismo genérico entre “o bem e o mal”, “o certo e o errado”, a revista acaba por reduzir a realidade política a uma visão simplista e completamente despolitizada, como pode ser nitidamente observado na capa da edição de 10 de maio de 2017 (Anexo 2). Conforme refere Gomes (2016: s/n), a “mitificação mediática dos atores processuais criou personagens que encarnam, por um lado, as mais dignas e admiráveis virtudes humanas, e, por outro, os mais reprováveis desvios morais.” Nesse sentido, o “mal” é constantemente personificado na pessoa de Lula da Silva, apresentado sempre a partir de imagens depreciativas (em uniforme de prisioneiro, em imagens escuras e desfocadas, ou até mesmo na forma da personagem mitológica Medusa), enquanto o juiz Sérgio Moro – o magistrado com maior visibilidade no caso – é retratado como um herói nacional, sempre em imagens limpas que transmitem um semblante de força e autoridade. Para melhor exemplificar esse ponto, selecionamos algumas capas da revista Veja sobre Lula e Sérgio Moro entre 2015 e 2017, podendo ser consultadas ao final desta dissertação nos anexos 3 e 4, respectivamente.

No que respeita à transmissão televisiva dos casos de corrupção, também há uma intensa exploração da dicotomia entre heróis e vilões, sobretudo mediante uma “espetacularização” da operação Lava Jato. Esse fenómeno ocorre tanto através da divulgação de conversas telefônicas, como através do registro visual das ações policiais, em que investigados e réus (quase sempre algemados) são transportados em veículos da Polícia Federal (Gomes, 2016: s/n). Em relação ao primeiro ponto, é interessante observar a forma como essas gravações são divulgadas pela Rede Globo. À medida que os interlocutores falam, o diálogo é transcrito sobre um pano de fundo, em que aparecem notas de dinheiro vazando por tubulações enferrujadas (Anexo 5). Foi assim, por exemplo, nas conversas divulgadas no dia 17/03/2016, no Jornal Nacional, e no dia 24/05/2016, no Jornal da Globo. Cria-se, dessa forma, um contexto visual apelativo e

⁵⁶ A Operação Lava Jato é uma série de investigações realizada em conjunto pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, cujo principal objetivo é apurar esquemas de corrupção envolvendo políticos, empresários, funcionários públicos e empreiteiras.

despolitizado que impulsiona o discurso da moralização da política, reduzindo a operação Lava Jato a uma cruzada contra o mal (no caso, a corrupção / os políticos corruptos).

7.4 OS MECANISMOS POLÍTICOS E INSTITUCIONAIS

Conforme abordamos anteriormente, podemos entender a transformação dos partidos como importantes mecanismos de despolitização, sobretudo em razão das suas implicações estruturais para o funcionamento da esfera pública. Como já tivemos oportunidade de sublinhar mais atrás, essas práticas são também comumente associadas à racionalidade neoliberal, na medida em que refletem, em grande medida, as reformulações político-ideológicas resultantes da queda do muro de Berlim. No contexto político brasileiro, esses fenômenos não são diferentes, manifestando-se de forma expressiva desde os anos 1990.

No que respeita ao sistema partidário brasileiro, deparamo-nos com um multipartidarismo profundamente fragmentado. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (2018b), atualmente há 35 partidos oficializados no país (a maioria registrada ao longo dos anos 1990), o que certamente desperta atenção se comparado esse número com o número de partidos que disputaram as eleições estaduais realizadas em 1982 — as primeiras após a reforma partidária que pôs fim ao bipartidarismo da ditadura —, em que participaram 5 agremiações: PDS, PMDB, PT, PDT e PTB (Batista et al., 2008: 435). Cumpre assinalar ainda que, das 35 agremiações existentes, 8 foram criadas apenas no período compreendido entre 2011 e 2015 (Reis e Silva, 2016: 107), justamente num contexto de profundo descrédito dessas instituições perante a população brasileira. (Banco Mundial, 2017; Latinobarómetro, 2017).

No entanto, a questão mais relevante diz respeito não tanto à quantidade, mas ao comportamento de grande parte dessas agremiações enquanto *catch-all-parties*, isto é, partidos que se orientam para a “conquista do voto de forma indiferenciada” (Martins, 2015: 111). É verdade que esse termo pode possuir uma forte conotação pejorativa, o que torna controverso classificar determinada agremiação nesses termos. No entanto, a “desideologização” desses partidos é facilmente identificada se considerarmos, por exemplo, o expressivo intercâmbio interpartidário ocorrido no âmbito da “janela partidária”⁵⁷ de 2018. De acordo com a Câmara dos Deputados, pelo menos 91 deputados trocaram de partido durante esse período, o

⁵⁷ “A janela partidária é um período de 30 dias em que os deputados podem mudar de partido sem o risco de perder o mandato por infidelidade partidária.” (Calgaro, 2018: para. 12).

equivalente a 18% dos 513 parlamentares que compõem o parlamento (Calgaro, 2018). Além do mais, convém destacar que essa troca de siglas pode ser extremamente vantajosa para os partidos acolhedores, já que o acesso ao fundo eleitoral⁵⁸ é condicionado pelo número de lugares na Câmara.

A falta de comprometimento programático-ideológico dos partidos também pode ser identificada através do comportamento do Partido dos Trabalhadores que, conforme abordado, já desde os anos 1990 apresenta sinais de acomodação à hegemonia neoliberal. No entanto, é a partir dos anos 2000 que a transformação partidária do PT se torna mais evidente, passando a articular-se através de amplas coligações — já no âmbito do chamado “presidencialismo de coalizão” — com partidos ideologicamente muito distintos (ao menos no plano formal). Tomemos como exemplo a eleição presidencial de 2014. Naquele ano, Dilma Rousseff foi eleita juntamente com seu vice, Michel Temer (PMDB) através da coligação “Com a Força do Povo”, formada, esta, pelo PT, PMDB, PSD, PP, PR, PROS, PDT, PCdoB e PRB (Brasil, 2014). Desses partidos, destacamos o PMDB⁵⁹ (que saiu da base de apoio do PT e liderou o processo de *impeachment*), o PP (partido liberal-conservador oriundo da antiga ARENA⁶⁰), o PR (partido conservador de centro-direita) e o PRB (partido conservador ligado à igreja evangélica). Não é difícil perceber, portanto, a transformação sofrida pelo PT, sempre empenhado em sustentar um projeto de neutralidade consensual no qual qualquer tipo de associação é possível.

Para concluir esse ponto, citamos ainda um estudo⁶¹ feito pelo PoliGNU (2012), uma equipe de investigação da Universidade de São Paulo. O trabalho consistiu em analisar 92 votações de 27 proposições parlamentares ao longo de 2011, e os resultados, uma vez mais, reforçam as nossas observações. O estudo aponta para uma forte semelhança entre o PT e os partidos da base governativa (mesmo os situados em espectros ideológicos antagônicos), enquanto seu maior distanciamento foi justamente em relação à oposição de esquerda, no caso, o PSOL (Leite, 2012):

⁵⁸ O fundo eleitoral é uma “verba pública anual distribuída aos partidos na proporção dos votos obtidos na última eleição para a Câmara” (*idem*, para. 14).

⁵⁹ O PMDB (atual MDB) é o maior partido político do país. Note-se que também é o mais importante *catch-all party* do sistema eleitoral brasileiro, notabilizando-se por sempre fazer alianças com a base governista, independentemente do espectro ideológico do governo. Possui tendências de centro-direita e atualmente está ligado a empresários e setores de igrejas evangélicas.

⁶⁰ A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi o partido oficial da ditadura militar.

⁶¹ Disponível em: <https://polignu.org/content/semelhanca-partidos>. Acesso em 04/09/2018.

(I) Semelhança entre PT e PCdoB = 97.39%

(II) Semelhança entre PT e PP = 96.14%

(III) Semelhança entre PT e PR = 93.52%

(IV) Semelhança entre PT e PMDB = 96.60%

(V) Semelhança entre PT e PSOL = 18.65%

Outro fenómeno relacionado à transformação dos partidos é a recente alteração de nome nas legendas partidárias. Como já demonstramos, o Brasil é o país com menor nível de confiança nos partidos, sendo que o atual contexto de crise política certamente não ajuda a amenizar os indicadores. Como consequência, diversas agremiações têm retirado a palavra “partido” das suas siglas, numa provável tentativa de se reaproximarem dos seus eleitores. Esse processo iniciou-se em 2007, quando o antigo PFL foi renomeado a DEM (Democratas), acentuando-se em 2017, quando mais quatro partidos trocaram de nome: PMDB passou a MDB, PTdoB tornou-se Avante, PTN passou a chamar-se Podemos, e o PEN foi renomeado a Patriota.⁶² Ademais, sublinhe-se que dos oito novos partidos surgidos desde 2011, metade não possui a palavra “partido” no nome. São eles: Patriota, Solidariedade, Rede e Novo⁶³.

Esses dados sugerem uma tentativa por parte das agremiações de desvincular sua imagem da política tradicional, profundamente desgastada e sem apelo representativo, ao mesmo tempo que não deixam claro para os cidadãos o seu real conteúdo programático. Considerando que esse fenómeno não é algo específico de uma única agremiação, ocorrendo de forma mais generalizada, podemos inferir que essa reformulação sistémica dos partidos resulta numa mudança substancial da disposição partidária, afetando a própria relação do indivíduo com as instituições representativas. Como sabemos, essa tentativa de “desideologização” não é — como sugere o nome “Novo” — algo inédito no neoliberalismo, razão pela qual dificilmente podemos atestar sua capacidade em repolitizar a esfera pública. Ao contrário, a generalização desse comportamento pode agravar ainda mais a disfuncionalidade das instituições democráticas, já que reitera a imagem depreciativa da política.

⁶² Dados analisados a partir da genealogia dos partidos brasileiros, em Zanlorenssi et al. (2018). Disponível em: https://www.nexojournal.com.br/especial/2018/07/16/A-genealogia-e-o-perfil-dos-partidos-brasileiros?utm_campaign=Echobox&utm_medium=Social&utm_source=Facebook#Echobox=1531785123. Acesso em 04/09/2018.

⁶³ Sublinhamos também que o Novo tem como nome oficial Partido Novo (TSE, 2018), porém costuma apresentar-se sem o termo “partido”.

7.5 ANÁLISE DOS CONTRAMOVIMENTOS RECENTES

Não é incomum o argumento de que a sociedade brasileira está mais “politizada”, sobretudo em razão do maior envolvimento dos cidadãos em temas políticos nas redes sociais. No entanto, como bem refere a professora Sabrina Fernandes (2017: 154), se o interesse é uma pré-condição para a política, ele não é suficiente por si só. Ou seja, cumpre analisar também a forma pela qual esse debate é feito, uma vez que, como já mencionamos, sua expressão pode se dar justamente a partir da completa negação da política.

Desde as primeiras grandes mobilizações dos anos 1990 (o “Fora Collor”, em 1992), a esfera pública brasileira passou por um longo processo de despolitização, conforme pudemos verificar ao longo deste capítulo. Nesse sentido, as “Jornadas de Junho” (como ficaram conhecidas as manifestações de 2013) podem ser compreendidas como o marco inicial dessa nova conjuntura política (Mattos, 2016: 81), caracterizada por uma sucessão de novos movimentos contestatários em todo o país. Inicialmente organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL)⁶⁴ e apoiados por trabalhadores, estudantes e movimentos sociais, os protestos de junho de 2013 articularam-se em torno de uma causa política principal, isto é, a luta contra o aumento das tarifas nos transportes públicos. Paralelamente, as manifestações também contaram com a participação dos Comitês Populares da Copa, cuja atuação foi fundamental para denunciar a privatização do espaço público e as remoções em função dos megaeventos (Omena, 2015: 212). Portanto, ao menos nessa fase inicial, é possível identificar alguns sinais de repolitização, uma vez que os contramovimentos se mobilizavam com uma agenda politicamente definida, além de exigirem maior participação nos processos decisórios.

Entretanto, à medida que os protestos cresciam, o cenário adquiria dinâmicas substancialmente distintas. Entre os dias 17 e 20 de junho, um forte sentimento antipolítico emergiu nas ruas, e muitos daqueles grupos que estavam presentes desde o início passaram a ser hostilizados. Aos gritos de “sem partido”, bandeiras vermelhas foram rasgadas e militantes de esquerda sofreram agressões (Mattos, 2016: 82), embora o próprio Movimento Passe Livre se declarasse contra essas práticas. Diante desse cenário, e reconhecendo sua perda de controle sobre o movimento, o MPL anunciou no dia 21 de junho que não convocaria novas manifestações (ainda que tenha voltado atrás posteriormente) (Avritzer, 2016: 78).

⁶⁴ O Movimento Passe Livre (MPL) foi formado durante o Fórum Social Mundial de 2005, e tem como pauta central a democratização do transporte urbano (Avritzer, 2016: 71).

Por outro lado, notou-se também uma alteração nos temas abordados na rua. Tomando como base os dados da plataforma *Causa Brasil*, que sistematizou mais de 1,2 milhão de postagens nas redes sociais naquele período, Avritzer (2016: 82) demonstra que no dia 7 de junho — portanto ainda na sua fase inicial —, as principais demandas eram: “preço das passagens, democracia, qualidade do transporte público, postura da polícia e governo Dilma Rousseff”. Já no final de junho, há uma deslocação para questões mais “genéricas”, como saúde e educação, além da crítica à corrupção e ao PT (*id, ibid*: 85-87).

Dessa forma, a dificuldade dos agentes mobilizadores em manterem o controle sobre os rumos do movimento prejudicou seu ímpeto inicial de politização, abrindo espaço para uma forte onda antipolítica que se estende até os dias de hoje. Isso obviamente não significa que as Jornadas de Junho tenham sido a causa de todos os protestos subsequentes, sendo necessário também considerar todo o processo de despolitização neoliberal ocorrido ao longo dos anos 1990 e 2000. Por outro lado, é preciso ter cuidado ao relacionar diretamente a segunda fase das “Jornadas de Junho” com as manifestações a favor do *impeachment*. Enquanto os protestos de 2013 se notabilizaram pelo seu caráter maioritariamente espontâneo (ainda que inicialmente convocados por movimentos organizados), as manifestações de 2015 e 2016 foram organizadas e estruturadas por grupos de direita, tais como o “Movimento Brasil Livre”, “Vem pra Rua” e os “Revoltados Online” (Limongi, 2015; Mattos, 2016). O mais importante, contudo, é observar a significativa deslocação do sentimento antipolítico para as ruas, protagonizado, em sua maior parte, por mobilizações de cariz mais conservador.⁶⁵

De uma forma geral, o ano de 2015 ficou marcado como “o da volta da direita organizada para as ruas” (Hoeveler e Melo, 2016: 46), acentuando-se o aspecto predominantemente antipolítico da segunda fase das Jornadas de Junho. As novas manifestações pelo *impeachment* traziam uma visão despolitizada da agenda anticorrupção, que não problematizava “aspectos como o financiamento de campanhas eleitorais ou as relações entre grandes empreiteiras e obras públicas”, além de atribuir ao governo petista toda a culpa pelos problemas políticos (Avritzer, 2016: 92). Acresce ainda que esses protestos foram

⁶⁵ Sublinhamos também que parte da esquerda — nomeadamente o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) e a central sindical CST-Conlutas — aderiu ao movimento “Fora Todos”, corroborando com a ideia de que todos os políticos são corruptos. Ver: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/04/protesto-fora-todos-pede-eleicoes-diretas-ja-em-sao-paulo.html>. Acesso em 10/09/2018.

marcados pelo uso generalizado de camisetas da CBF⁶⁶ e pela ausência de bandeiras de partidos políticos, além de grandes bonecos insufláveis de Lula da Silva com roupa de presidiário.

Como já mencionamos, a construção da narrativa anticorrupção no Brasil possui um forte teor moralista e antipolítico, e as manifestações de 2016 não foram exceção. Além do ostensivo uso de imagens depreciativas de Lula e Dilma, os manifestantes também dedicavam parte dos protestos para “aplaudir” o juiz Sérgio Moro e a Polícia Federal (Rossi e Betim, 2015; Paulo, 2016), vistos como heróis na “cruzada” contra a corrupção. No entanto, é curioso constatar a seletividade desse discurso, uma vez que certos escândalos não chegavam a ser problematizados pelos manifestantes. Em primeiro lugar, as denúncias de corrupção ainda recentes envolvendo a CBF — inclusive com a prisão de seu ex-presidente — não suscitaram maiores indignações, e o equipamento da seleção manteve-se como símbolo na luta contra a corrupção (Andrade, 2018: 68). Em segundo lugar, convém mencionar que as investigações contra Eduardo Cunha, acusado de ter recebido US\$ 5 milhões em suborno, foram praticamente ignoradas nos protestos de 2015, possivelmente porque era o principal articulador político do *impeachment*⁶⁷ (Rossi e Betim, 2015). Diante dessa indignação seletiva, sustentamos o argumento de que a ênfase no combate à corrupção não representou, de facto, um descontentamento politizado contra “práticas sistemáticas de evasão de divisas ou de branqueamento de capitais”, mas tão somente uma abstração moralizada do “mal”, identificada quase sempre nas figuras de Lula, Dilma e do PT.

A maneira pela qual os contramovimentos evoluíram desde 2013 não parece deixar muitas dúvidas a esse respeito. Senão vejamos: a direita foi quem melhor soube capitalizar o sentimento antipolítico. A forte exploração da temática moralista, sobretudo mediante as agendas anticorrupção e antipetista, foi decisiva para atrair muitos dos cidadãos insatisfeitos com a política institucional. Se levarmos em conta, por exemplo, a própria conformação religiosa da sociedade brasileira⁶⁸, não é muito difícil compreender o apelo político presente na dicotomia entre “bem e mal”. Portanto, através de um discurso moralizado de “pequena política”, no qual a corrupção e o PT foram (e continuando sendo) categorizados como a causa

⁶⁶ Confederação Brasileira de Futebol.

⁶⁷ Note-se que o MBL chegou a encontrar-se formalmente com Eduardo Cunha para a entrega de um pedido de *impeachment* (Limongi, 2015: 104).

⁶⁸ Segundo o último levantamento do IBGE (2010), 86,8% dos brasileiros se autodeclararam cristãos, enquanto apenas 8% disseram não professar nenhuma religião. Além disso, deve-se assinalar o expressivo crescimento das igrejas evangélicas no país, refletindo-se na própria configuração do parlamento. De acordo com a Câmara dos Deputados (2015), 199 dos 513 deputados pertencem à Frente Parlamentar Evangélica.

de todos os problemas, as lideranças de direita tem alcançado maior visibilidade perante a população, principalmente nas redes sociais. Nesse sentido, os dados do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP)⁶⁹ são bem sintomáticos, conforme observamos abaixo:

Figura 4: As dez páginas sobre política com mais seguidores no Facebook:



Fonte: LEMEP (2018)

Das dez páginas mais “seguidas” do Facebook, sete são de direita, enquanto uma é de cunho religioso. Dentre os principais temas abordados por essas páginas, identificamos o antipetismo, a agenda anticorrupção, o patriotismo (mais precisamente em sua variante ufanista) e a defesa da família heterossexual (LEMEP, 2018). Também é interessante sublinhar a presença de páginas específicas com temáticas anti-PT e a favor do juiz Sérgio Moro entre as mais seguidas.

No que se refere às páginas de personalidades políticas, os dados do LEMEP também chamam atenção. De acordo com seu monitoramento, as cinco páginas com mais seguidores dispõem-se na seguinte ordem: Adilson Barroso (6.916.757 seguidores), Jair Messias Bolsonaro (4.713.111 seguidores), Marco Feliciano (4.336.293 seguidores), Aécio Neves (4.198.718 seguidores) e a ex-presidente Dilma Rousseff (3.189.317 seguidores) (LEMEP, 2018). A esse respeito, convém destacar três aspectos fundamentais. Primeiramente, notamos uma vez mais a predominância de políticos de direita dentre os mais seguidos (apenas Dilma se identifica como esquerda). Em segundo lugar, destacamos a forte influência das páginas de Jair Bolsonaro — ex-militar e atual candidato à Presidência da República que, dentre muitas

⁶⁹ O Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP) é um núcleo de investigação vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Os dados apresentados fazem parte de seu projeto *M Facebook*, responsável por monitorar o movimento político e ideológico no Facebook. Os dados foram inicialmente coletados em 20 de outubro de 2017, sendo atualizados semanalmente.

Disponível em: <http://www.manchetometro.com.br/index.php/analises-facebook/> Acesso em 10/09/2018.

controvérsias, defende não ter havido uma ditadura no Brasil — e do pastor Marco Feliciano, um deputado ultraconservador e conhecido pelas suas posições contra os direitos humanos. Por fim, cumpre assinalar a presença de Aécio Neves que, mesmo sendo réu por corrupção e obstrução de Justiça (G1, 2018), mantém-se como uma das figuras mais seguidas no Facebook. Percebe-se, uma vez mais, como o discurso anticorrupção pode ser relativizado, sobretudo quando não é associado diretamente ao PT ou à esquerda.

A importância da antipolítica e da moralização do discurso político pode ser igualmente percebida em alguns contramovimentos mais recentes. O MBL, por exemplo, modificou significativamente a sua estratégia desde as manifestações pró-*impeachment* de 2015 e 2016, consolidando-se como um contramovimento regressivo no cenário político brasileiro. Se inicialmente o grupo se articulava em torno do liberalismo económico e do combate à corrupção, atualmente a sua agenda é centrada prioritariamente em causas morais (Rossi et al., 2017). É verdade que o seu discurso anticorrupção evidenciava já, desde o princípio, um aspecto moralizado e pouco politizado sobre o tema, porém as suas digressões posteriores (como a campanha pela censura da exposição *Queermuseum*), apontam para uma radicalização dessa mesma postura.

No âmbito das atuais campanhas presidenciais, identificamos ao menos duas expressões de contramovimentos: um aparente e outro regressivo⁷⁰. Em relação ao primeiro ponto, referimo-nos a Marina Silva, candidata à Presidência da República pela Rede, cuja postura é frequentemente ambígua. Ainda nas eleições de 2014, enquanto candidata pelo partido de centro-direita PSB, Marina já rejeitava os rótulos político-ideológicos, identificando-se como “nem de esquerda, nem de direita” (Fernandes, 2017: 189). Apesar disso, posicionou-se a favor de medidas económicas ortodoxas (como a independência do Banco Central), além de ter apoiado publicamente a candidatura de Aécio Neves (PSDB) no segundo turno das eleições. Atualmente, Marina mantém um discurso antipolítico⁷¹, conciliando aspectos da agenda

⁷⁰ Há uma certa dificuldade em identificar contramovimentos progressistas no atual contexto eleitoral, uma vez que os dois candidatos com maior intenção de votos à esquerda, Ciro Gomes (PDT) e Fernando Haddad (PT), não apresentam-se propriamente como alternativas ao *establishment* neoliberal. Haddad é o sucessor de Lula, e a julgar pelo histórico de seu partido, não há como atestar seu rompimento com o modelo petista de consenso neoliberal. Ciro Gomes, por sua vez, é o típico candidato pragmático, sem um programa ideológico claro, além de ter sido filiado a sete partidos distintos: PDS, PMDB, PSDB, PPS, PSB, Pros e PDT.

⁷¹ Seu uso da antipolítica também é frequentemente moralizado, sobretudo na desqualificação ética dos “corruptos”. A este respeito, sublinhamos aqui a primeira frase de seu atual programa de governo: “Vivemos um momento de desesperança profunda com a política e os políticos. Interesses, privilégios e corrupção sabotam a confiança dos brasileiros na possibilidade de um país justo, ético, próspero e sustentável”. Ver: <https://marinasilva.org.br/wp-content/uploads/2018/08/MS18-Diretrizes-Marina-Edu.pdf>. Acesso em 11/09/2018.

neoliberal com causas sociais progressistas (não muito diferente de Macron ou de Blair, por exemplo), o que nos leva a classificá-la como um contramovimento aparente.

Em relação ao segundo ponto, referimo-nos naturalmente a Jair Bolsonaro, o já mencionado deputado abertamente favorável à tortura. Numa declaração recente, o candidato também chegou a afirmar que, se for eleito presidente, vai retirar o Brasil das Nações Unidas, pois esta instituição seria uma “reunião de comunistas” que “não serve para nada” (Netto, 2018: para.2). Apesar de seu aspecto caricato, Bolsonaro é possivelmente a melhor personificação do típico discurso antipolítico e profundamente moralizado, já sem qualquer compromisso com os factos. No entanto, convém pontuar aqui outra problemática frequentemente negligenciada: o teor moralizado (e despolitizado) das críticas feitas à esquerda. Assim como os apoiadores de Hillary Clinton utilizaram-se de argumentos morais para desqualificar Trump e seus eleitores (Fraser, 2017: 90), parte das críticas contra Bolsonaro parecem reproduzir uma postura muito similar, categorizando os seus apoiadores como ignorantes ou “maus”. Em suma, o facto é que a antipolítica se tornou indiscutivelmente um fenómeno generalizado, e, pelo menos no caso brasileiro, tem sido instrumentalizada predominantemente pela moralização do discurso.

CONCLUSÃO

Não são raras as tentativas de se reduzir os atuais desafios políticos a leituras unidimensionais, atribuindo-se a determinado ator toda a responsabilidade. Os populismos de direita fazem isso com os imigrantes; a esquerda, com a “má extrema-direita”; e no caso específico da direita brasileira, a corrupção e o PT tornaram-se a síntese de todos os problemas. No entanto, com base no que foi exposto ao longo deste trabalho, torna-se evidente as fragilidades de tais perspectivas argumentativas, sobretudo por negligenciarem questões sistêmicas fundamentais. Nesse sentido, este trabalho consistiu num duplo esforço de tentar evitar esses reducionismos e de propor possíveis explicações para o atual sentimento antipolítico, analisando de maneira clara e sistematizada, a atuação dos mecanismos hegemónicos. No que se refere à pergunta de partida inicial, foi possível verificar que as práticas e discursos de despolitização contribuíram, de diversas formas, para deteriorar a qualidade da democracia. Ao reduzirem o protagonismo dos indivíduos nos processos decisórios, debilitando a funcionalidade política da esfera pública, a concepção procedimentalista da democracia foi reforçada ao longo do neoliberalismo (Teixeira, 2018).

No que se refere à primeira hipótese (H1) formulada (e suas duas sub-hipóteses), confirmamos que a ascensão da hegemonia neoliberal resultou na expansão de mecanismos de despolitização, tanto no contexto internacional como no caso brasileiro. Os discursos do consenso, da neutralidade pós-ideológica e a afirmação dos partidos de terceira via são alguns dos fenómenos que conformam esse novo ordenamento sistémico, ganhando expressão justamente ao longo dos anos 1990 e 2000. No contexto brasileiro, pudemos observar que a integração do sistema político na governança neoliberal se deu progressivamente ao longo dos anos 1990, assumindo uma variante de terceira via nos regimes petistas.

Relativamente à segunda hipótese (H2), também verificamos um crescimento da rejeição política justamente no contexto de hegemonia neoliberal, o que reforça nossa ideia inicial de que a antipolítica e o neoliberalismo estão diretamente relacionados. Ao contrário do que é comumente argumentado, o défice de confiança brasileira nos políticos não surge no contexto da atual crise política, podendo ser verificada já desde os anos 1990. Pode-se, contudo, sustentar a importância do contexto político mais recente em catalisar as insatisfações, elevando a antipolítica a outro patamar.

No tocante à terceira hipótese (H3), comprovamos que à medida que os mecanismos de despolitização incidiram sobre a esfera pública (ao longo dos anos 1990 e 2000), a insatisfação com as instituições democráticas também aumentou. A nível global, sublinhamos que a média de comparecimento em eleições se reduziu ao longo dos últimos 25 anos, justamente aquando da hegemonia neoliberal (Banco Mundial, 2017: 227). No Brasil, esse fenómeno pode ser observado sobretudo pelas taxas elevadas de “alienação eleitoral” apresentadas a partir do governo Collor, ou seja, desde a inauguração do sistema neoliberal no país (Costa, 2006). Também é importante salientar o significativo aumento de pessoas apartidárias (Duailibi e Toledo, 2013), além dos índices degradados de confiança partidária (Banco Mundial, 2018; Latinobarómetro, 2017). No entanto, cumpre reconhecer que esses indicadores não retratam um aumento na rejeição da democracia enquanto forma de governo, mas sim a crítica massiva à sua atual variante institucionalizada.

Em relação à quarta hipótese (H4), pudemos verificar que o sentimento antipolítico se tem demonstrado fundamental para a ascensão de candidatos e lideranças *anti-establishment*, sobretudo por meio da moralização do discurso. Essa característica, no entanto, não se resume apenas a uma única identificação político-ideológica, sendo utilizada por diferentes grupos. Ainda assim, é inegável reconhecer que um cenário de profundo descrédito político suscita riscos para prática democrática, principalmente quando grupos e candidatos sem qualquer comprometimento com a defesa dos direitos humanos se utilizam dessa retórica. Num mundo em que a política possui pouco apelo identitário, outras formas de identificação mais problemáticas passam a ganhar força, mobilizando os agentes sociais em torno de falsas polarizações ou dicotomias. Em suma, esse contexto provoca um entrave sistemático à repolitização da esfera pública, não apenas pela atuação dos mecanismos hegemónicos, mas também pela normalização de uma “antipolítica moralizada” por parte dos contramovimentos. No Brasil, convém lembrar que os esforços de politização em junho de 2013 não foram capazes de sobrepor-se a esse quadro mais amplo de despolitização estrutural.

Se a antipolítica funcionou durante muito tempo a favor da racionalidade neoliberal, atualmente está sendo apropriada de forma estratégica (ou inconsciente) por movimentos contra-hegemónicos. Entretanto, cabe aqui uma indagação: até que ponto esses contramovimentos de facto simbolizam uma ameaça à hegemonia neoliberal? No contexto internacional, a eleição de Trump não resultou no colapso do ordenamento político global. No Brasil, a linha do liberalismo económico continua sendo decisiva para que lideranças políticas

garantam o amplo apoio dos meios de comunicação e de setores do mercado, viabilizando, assim, sua governabilidade. Note-se que até mesmo Jair Bolsonaro, a mais notória expressão de contramovimento regressivo no contexto brasileiro atual, se alinhou prontamente à agenda neoliberal, convocando Paulo Guedes — um economista doutorado pela Universidade de Chicago — para liderar sua equipe económica. Ao ser questionado numa entrevista recente qual seria seu maior sonho enquanto Presidente da República, sua resposta foi categórica: “Queremos um Brasil liberal, que faça comércio com o mundo todo, sem um viés ideológico”.⁷² Não há dúvida que um posicionamento explicitamente autoritário represente riscos para a prática democrática, sobretudo para as minorias, porém isso não é suficiente para confirmar o seu real potencial em dismantelar o atual sistema. Afinal, conforme demonstrado ao longo deste trabalho, o esvaziamento da democracia e a racionalidade neoliberal não constituem propriamente eixos antagônicos, podendo conjugar-se de forma harmônica nos mecanismos de despolitização.

⁷² Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0>. Acesso em 12/09/2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e capítulos

Avritzer, L. (2016). *Impasses da Democracia no Brasil*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

Barbosa, M. L. e Quintaneiro, T. (2009). “Max Weber”. In. T. Quintaneiro, M. L. Barbosa e M. G. M. Oliveira (orgs). *Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. 2ª Ed. Editora UFMG. Belo Horizonte.

Berman, M. (1986). *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*. Editora Schwarcz. São Paulo.

Bobbio, N. (1996). “Democracia”, em J. F. Santillán (coord.). *Norberto Bobbio: El Filósofo y la Política*. Fondo de Cultura Económica. México.

Bourdieu, P. (1997). *Sobre a Televisão*. Zahar. Rio de Janeiro.

Chossudovsky, M. (1999). *A Globalização da Pobreza: Impactos das Reformas do FMI e do Banco Mundial*. Moderna. São Paulo.

Coutinho, C. (2010). “A hegemonia da pequena política”. In R. Braga; R. Oliveira e C. Rizek, (orgs.) – *Hegemonia às Avessas: Economia, Política e Cultura na Era da Servidão Financeira*. Boitempo. São Paulo.

Crouch, C. (2011). *The Strange Non-Death of Neoliberalism*. Polity Press. Cambridge.

Della Porta, D. (2017). “Política progressista e política regressiva no neoliberalismo tardio”. In. Geiselberger, H. (ed.). *O Grande Retrocesso: Um Debate Internacional sobre as Grandes Questões do Nosso Tempo*. Objectiva. Lisboa.

Filgueiras, F. e Araújo, M. (2014). “A política anticorrupção e o marco legal no Brasil.” In. I. Cunha e E. Serrano (orgs). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: Sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais*. Alêtheia Editores: Lisboa.

Fraser, N. (2017). “Neoliberalismo progressista versus populismo reacionário: uma escolha de Hobson”. In. Geiselberger, H. (ed.). *O Grande Retrocesso: Um Debate Internacional sobre as Grandes Questões do Nosso Tempo*. Objectiva. Lisboa.

Fukuyama, F. (1992). *O Fim da História e o Último Homem*. Rocco. Rio de Janeiro.

Giddens, A. e Sutton, P. (2015). *Conceitos Essenciais de Sociologia*. Unesp. São Paulo.

Gramsci A. ([1948-1951] 1971). *Selections from the Prison Notebooks*. International Publishers. New York.

Gramsci, A. ([1948-1951] 2000) *Cadernos do Cárcere, V. III*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

Laclau, E. (2005). *On Populist Reason*. Verso. Londres.

Laval, C. e Dardot, P. (2016). *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*. Boitempo. São Paulo.

Habermas, J. ([1962] 1991). *The Structural Transformation of the Public Sphere*. The MIT Press. Cambridge.

Hay, C. (2007). *Why We Hate Politics*. Polity Press. Cambridge.

Harvey, D. (2011) – *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*. Boitempo. Rio de Janeiro.

Hoeveler, R. (2016). “A Direita Transnacional em Perspectiva Histórica: o sentido da ‘nova direita’ brasileira.” In. F. Demier e R. Hoeveler (orgs). *A Onda Conservadora*. Mauad. Rio de Janeiro.

Horkheimer, M. ([1947] 2004). *Eclipse of Reason*. Oxford University Press. New York.

Martins, M. M. (2015). *Representação Política, Eleições e Sistemas Eleitorais: Uma Introdução*. ISCSP. Lisboa.

Mattos, M. (2016). “De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira”. In. F. Demier e R. Hoeveler (orgs). *A Onda Conservadora*. Mauad. Rio de Janeiro.

Melo, D. (2016). “A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira.” In. F. Demier e R. Hoeveler (orgs). *A Onda Conservadora*. Mauad. Rio de Janeiro.

Mouffe, C. (2005). *On the Political*. Routledge. Abingdon

Mouffe, C. (2013). *Agonistics: Thinking the World Politically*. Verso. Londres.

Nicolau, J. (2002). *História do Voto no Brasil*. Zahar: Rio de Janeiro.

Polanyi, K. ([1944], 2000). *A Grande Transformação*. 2ª edição. Trad. Fanny Wrobel. Editora Campus. Rio de Janeiro.

Ramos, J. L. (2017). “El relato de los candidatos outsider. Análisis del discurso: Donald Trump, Pablo Iglesias y Mauricio Macri.” (pp. 107-123). In P. V. Sande (org.). *Personalización en comunicación política: de la técnica a la estrategia*. Ediciones Egregius: Sevilla.

Rancière, J. (1995). *On the Shores of Politics*. Verso. Londres.

Rendueles, C. (2017). “Do retrocesso global aos contramovimentos pós-capitalistas”. In. Geiselberger, H. (ed.). *O Grande Retrocesso: Um Debate Internacional sobre as Grandes Questões do Nosso Tempo*. Objectiva. Lisboa.

Santos, B. S. (2002). *Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

Saramago, J. (2004). *Ensaio sobre a Lucidez*. Companhia das Letras. São Paulo.

Schmitt, ([1929] 2007) “The age of neutralizations and depoliticizations”. In C. Schmitt. *The Concept of the Political: Expanded Edition*. University of Chicago Press. Chicago.

Schumpeter, J. ([1942] 1961). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Ed. Fundo de Cultura. Rio de Janeiro.

Silva, C. (2016). “A direita e sua imprensa: o papel da revista Veja”. In. F. Demier e R. Hoeveler (orgs). *A Onda Conservadora*. Mauad. Rio de Janeiro.

Swyngedouw, E. e Wilson, J. (2014). “Seeds of distopya: post-politics and the return of the political.” In. E. Swyngedouw e J. Wilson. *The Post-Political and Its Discontents: Spaces of Depoliticisation, Spectres of Radical Politics*. Edinburgh University Press. Edinburgh.

Teixeira, M. C. P. (2018). *A Qualidade da Democracia em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa.

Vainer, C. B. (2000), “Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano”, in O. Arantes; C. Vainer & E. Maricato. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Vozes: Petrópolis.

Weber, M. ([1919], 1979). “A ciência como vocação”. In: H. Gerth e W. Mills. (orgs). *Max Weber: Ensaio de Sociologia*. Trad. Waltensir Dutra. Zahar. Rio de Janeiro.

Weber, M. ([1905] 2005). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Wood, E. (1995). *Democracy against Capitalism: Renewing Historical Materialism*. Cambridge University Press. Cambridge.

Wood, E. (2002). *The Origin of Capitalism: A Longer View*. Verso. Londres.

Žižek, S. (1999). *The Ticklish Subject: The Absent Centre of Political Ontology*. Verso. Londres.

Žižek, S. (2000). “Holding the place”. In. J. Butler, E. Laclau e S. Žižek (orgs). *Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary Dialogues on the Left*. Verso. Londres.

Teses de doutoramento

Costa, H. O. (2006). *Alienação Eleitoral no Brasil: Uma Análise dos Votos Brancos, Nulos e Abstenções nas Eleições Presidenciais (1989-2002)*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica/ SP. São Paulo. 239 pp.

Fernandes, S. (2017). *Crisis of Praxis: Depoliticisation and Leftist Fragmentation in Brazil*. PHD in Sociology. Carleton University: Ottawa. 389 pp.

Artigos em revistas científicas e coletâneas

Andrade, A. O. (2018). “‘ForacorruPTos!’(?): uma reflexão sobre as manifestações ‘Fora Dilma’ em João Pessoa.” In. *Sociabilidades Urbanas: Revista de Antropologia e Sociologia*. Vol.2, n.4. pp. 63-76.

Batista, C., Ferreira, D., Stabile, M. (2008). “A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006.” *Opinião Pública*. Vol. 14, n.2. pp. 432-453.

Brown, W. (2005). “Neoliberalism and the end of liberal democracy”. In W. Brown (org). *Edgework: Critical Essays on Knowledge and Politics*. Princeton University Press.

Burnham, P. (2001). “New labour and the politics of depoliticisation”. *British Journal of Politics and International Relations*. Vol. 3, n. 2. pp.127-149.

Carneiro, J. L.; Prandi, R. (2018). “Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 33, n. 96. pp. 1-22.

Chomsky, N. (1977). “The Carter administration: myth and reality”. *Australian Left Review*. Vol.1, n.62. pp. 1-20.

Couto, C. e Arantes, R. (2006). “Constituição, governo e democracia no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, n. 61. pp. 41-60.

Esposito, M. (2014). “Democracy and neoliberalism: on the crisis of democratic legitimacy caused by neoliberal transformation”. *Soft Power*, Vol.1, n.1. pp. 147-151.

Flinders, M. e Wood. M. (2014). “Depoliticisation, governance and the state”. *Policy & Politics*. Vol. 42, n. 2. pp. 135-149.

Gehrke, G., Borba, J. A. & Ferreira, D. D. M. (2017). “A repercussão da corrupção brasileira na mídia: uma análise comparada das revistas Der Spiegel, L’Obs, The Economist, Time e Veja.” *Revista de Administração Pública*. Vol 51., n.1. pp. 157-167.

Gomes, M. A. (2016). “Crítica à cobertura midiática da operação Lava Jato”. *Revista Brasileira de Ciências Criminais: RBCCrim*. V. 24, n. 122. pp. 229-253.

Hodge, G. e Greve, C. (2010). “Public-private partnerships: governance scheme or language game?”. *Australian Journal of Public Administration*. 69: S8-S22.

Jamison, K. G. (2017). “A retórica de Trump apoiada pela metáfora da moralidade.” *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*. Ilhéus, n. 13.

Limongi, F. (2015). “O Passaporte de Cunha e o impeachment: a crônica de uma tragédia anunciada”. *Novos Estudos*. 103. pp. 99-112.

Madra, Y. e Adaman, F. (2013). “Neoliberal reason and its forms: de-politicisation through economisation”. n. 2013/7. *Working Papers*. Bogazici University. pp.1-26.

Maciel, D. (2011). “O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil”. *Revista UFG. Ano XII*. n.11. pp. 99-108.

Mejía, E. A. (2016). “Papel del deporte en el regreso del neoliberalismo como proyecto político y económico en la segunda década del siglo XXI: Brasil y Argentina.” *Revista da Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte*. V.7, n.1, pp.51-78.

Mouffe, C. (2002). « La fin du politique et le défi du populisme de droite ». *Revue de MAUSS*. n. 20, pp. 178-194.

Nicolau, J. (2006). “O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil”. *Revista de Ciências Sociais*. Vol. 49, n.4. pp. 689-720.

Nogueira, M. A. (2016). “Sobre golpes, autogolpes e contragolpes.” *Ponto e Vírgula*. PUC-SP. Nº19.. pp. 140-158.

Rancière, J. (2004). “Introducing disagreement”. *Journal of the Theoretical Humanities*, Vol. 9, n.3. pp. 3-8.

Reis, M. e Silva, L. (2016). “Multipartidarismo: excesso de partidos políticos e questões relativas ao pluralismo partidário brasileiro.” In. *Estudos Eleitorais*. Vol. 11, nº 3. Setembro/Dezembro 2016. Brasília 2017.

Romano, O. (2017). “The impolitic narrative of grassroots movements against neoliberal depoliticisation: the case of commons”. *Partecipazione e Conflito*, Vol. 10, n.2. pp. 493-516.

Sallum Jr., B. (1999). “O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimento.” *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. Vol. 11, n.2. pp. 32-47.

Soares, M. M. (1998). “Federação, democracia e instituições políticas”. In. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. 44. pp. 137-163.

Swyngedouw, E. (2009). “The antinomies of the postpolitical city: in search of a democratic politics of environmental production. *International Journal of Urban and Regional Research*. Vol. 33, n. 3. pp. 601-620.

Swyngedouw, E. (2010). “Designing the post-political city and the insurgent polis.” *Civic City Cahier*. 5. Bedford Press. Londres.

Tristão, E. (2011). “A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula.” *Ser Social*. Vol. 13, n. 28. pp. 104-128.

Valente, L. (2018). “Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil”. *Revista de Ciências Sociais*. Vol. 4, n.1. pp. 55-97.

Vázquez-Arroyo, A. (2008). “Liberal democracy and neoliberalism: a critical juxtaposition”. *New Political Science*. Vol 30, n.2. pp. 127-159.

Wood, M. (2016). “Politicisation, depoliticisation and anti-politics: towards a multilevel research agenda.” In. *Political Studies Review*. Vol. 14, n. 4. pp. 521-533.

Yeatman, A. (2015). “Freedom and the question of institutional design”. In. A. Yeatman (ed.) *Neoliberalism and the Crisis of Public Institutions*. Whitlam Institute. Sydney.

Artigos on-line e fontes eletrônicas

Alves, G. (2016). “O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal.” In. *Blog da Boitempo*. 8 de junho de 2016. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/> Acesso em 01/05/2018.

Amaral, R (2011). “A vitória da direita: a pós-política. In. *Carta Capital*. 6 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/internacional/a-vitoria-da-direita-a-pos-politica>. Acesso em 29/04/2018.

Askenazy, P. (2018). “The contradictions of macronism. In. *Dissent Magazine*. Inverno de 2018. Disponível em: <https://www.dissentmagazine.org/article/emmanuel-macron-contradictions-neoliberalism>. Acesso em 19/08/2018.

Benites, A. (2016). “Dos 513 deputados na câmara do Brasil, só 36 foram eleitos com votos próprios. Por quê?” In. *El Pais*. 20 de abril de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461023531_819960.html. Acesso em 29/08/2018.

Beveridge, R. (2015). “Is anti-politics explained by depoliticisation?”. In. *Political Studies Association*. 24 de março de 2015. Disponível em: <https://www.psa.ac.uk/psa-communities/specialist-groups/anti-politics-and-depoliticisation/blog/anti-politics-explained>. Acesso em 03/03/2018.

Bianchi, A. (2016). “O que é um golpe de estado”. In. *Blog Junho*. 26 de março de 2016. Disponível em <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/> Acesso em 01/05/2018.

Boghossian, B. (2018). “Reprovação aumenta e torna Temer o presidente mais impopular da história”. In. *Folha de São Paulo*. 10 de junho de 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/reprovacao-aumenta-e-torna-temer-o-presidente-mais-impopular-da-historia.shtml>. Acesso em 26/08/2018.

Boldrini, A. (2016). “Maioria dos brasileiros reprovam emenda de gastos, diz Datafolha.” In. *Folha de São Paulo*. 13 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1840825-maioria-dos-brasileiros-reprova-emenda-dos-gastos-diz-datafolha.shtml>. Acesso em 01/09/2018.

Bordignon, F. (2017). “In and out: Emmanuel Macron’s anti-populist populism.” In. *LSE-EUROPP*. 28 de março de 2017. Acesso em 20/08/2018. Disponível em: <http://blogs.lse.ac.uk/euoppblog/2017/04/28/macron-anti-populist-populism/>

Calgaro, F. (2018). “Ao menos 18% dos deputados trocam de partido durante janela partidária.” In. *GI*. 23 de abril de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/18-dos-deputados-federais-trocam-de-partido-durante-janela-partidaria.ghtml>. Acesso em 04/09/2018.

Caram, B. e Ramalho, R. (2016). “Abstenções, votos brancos e nulos somam 32,5% do eleitorado do país”. In. *GI*. 30 de outubro de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2016/noticia/2016/10/abstencoes-votos-brancos-e-nulos-somam-326-do-eleitorado-do-pais.html>. Acesso em 25/08/2018.

Carta Capital (2014). “Soma de votos brancos, nulos e abstenções é a maior desde 98.” In. *Carta Capital*. 6 de outubro de 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/carta-nas-eleicoes/soma-de-votos-nulos-brancos-e-abstencoes-e-a-maior-desde-1998-6625.html>. Acesso em 25/08/2018.

Carta Capital (2018). “Denúncias de corrupção atingem 10 das 12 arenas da Copa.” In. *Carta Capital*. 26 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/das-12-arenas-da-copa-10-estao-envolvidas-em-denuncias-de-corrupcao>. Acesso em 05/09/2018.

Carvalho, L. (2016) – “The ousting of Brazilian president Dilma Rousseff constitutes a coup.” In. *The New York Times*. 18 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/roomfordebate/2016/04/18/in-brazil-a-house-cleaning-or-a-coup/the-ousting-of-brazilian-president-dilma-rousseff-constitutes-a-coup>. Acesso em 01/05/2018.

Chrisafis, A. (2011). “Marine Le Pen emerges from father’s shadow”. In. *The Guardian*. 21 de março de 2011. <https://www.theguardian.com/world/2011/mar/21/marine-lepen-defends-republic>. Acesso em 19/08/2018.

Costa, H. (2018) “Alienação eleitoral é alta no Brasil mesmo com voto obrigatório”. In. *Estadão*. 19 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,alienacao-eleitoral-e-alta-no-brasil-mesmo-com-voto-obrigatorio,70002194446>. Acesso em 26/08/2018.

Da Silva, L. (2002). “Leia na íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro”. In. *Folha de São Paulo*. 24 de junho de 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em 31/08/2018.

Democracy Real Ya (2016). *Manifiesto “Real Democracia Ya”*. Disponível em: <http://www.democraciarealya.es/manifiesto-comun/manifiesto-english/>. Acesso em 18/08/2018.

Datafolha (2018). “39% votariam em Lula; em petista, Bolsonaro lidera disputa presidencial”. In. *Datafolha*. 22 de agosto de 2018. Disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/08/1979559-39-votariam-em-lula-sem-petista-bolsonaro-lidera-disputa-presidencial.shtml>. Acesso em 27/08/2018.

DIAP (2018). “Congresso mais conservador; renovação será pequena”. In. *Diap*. 9 de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/27866-diap-congresso-sera-mais-conservador-e-renovacao-pequena>. Acesso em 01/08/2018.

Dualibi, J. e Toledo, J. R. (2013). “Apartidários são maioria no país pela primeira vez desde a redemocratização”. In. *O Estado de São Paulo*. 19 de janeiro de 2013. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apartidarios-sao-maioria-no-pais-pela-primeira-vez-desde-a-redemocratizacao,986376> Acesso em 31/04/2018

Época (2016). “Protesto ‘fora todos’ pede eleições diretas já em São Paulo”. In. *Época*. 1º de abril de 2016. Em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/04/protesto-fora-todos-pede-eleicoes-diretas-ja-em-sao-paulo.html> Acesso em: 10/09/2018.

Figueiredo, J, (2017). “Latinobarômetro: corrupção aparece pela 1ª vez como principal preocupação para Brasil, diz pesquisa.” In. *O Globo*. 27 de outubro de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/latinobarometro-corruptao-aparece-pela-1-vez-como-principal-preocupacao-para-brasil-diz-pesquisa-21999964>. Acesso em 02/09/2018

G1 (2018). “Aécio se torna réu no STF por corrupção e obstrução de justiça: saiba os próximos passos”. 18 de abril de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/aecio-se-torna-reu-no-stf-por-corruptao-e-obstrucao-de-justica-saiba-os-proximos-passos.ghtml>. Acesso em 10/09/2018.

Goldman Sachs (2016). “José Manuel Barroso appointed non-executive chairman of Goldman Sachs International and advisor to Goldman Sachs”. 8 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/media-relations/press-releases/current/jose-manuel-barroso-appointed.html>. Acesso em: 29 de abril de 2018.

Grupo Abril (2018). “Veja”. Disponível em: <http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja> Acesso em 01/09/2019.

Ipsos (2017). “58% dos brasileiros são contra a proposta da reforma trabalhista do governo Temer.” In. *Ipsos*. 15 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/58-dos-brasileiros-sao-contr-a-proposta-da-reforma-trabalhista-do-governo-temer>. Acesso em 01/09/2018.

Leite, L. (2012). “Análise automatizada da semelhança entre os partidos políticos”. In *PoliGNU*. 6 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://polignu.org/content/semelhanca-partidos>. Acesso em 04/09/2018.

Maltez, J. A. (2009a). “Democracia”. In. *José Adelino Maltez*. 6 de maio de 2009. Disponível em: <http://maltez.info/aaanetnovabiografia/Conceitos/Democracia.htm>. Acesso em 04 de dezembro de 2017.

Maltez, J. A. (2009b). “Cath-all-party”. In. *José Adelino Maltez*. 6 de maio de 2009. Disponível em: <http://maltez.info/aaanetnovabiografia/Conceitos/Catch-all%20party.htm>. Acesso em 03/08/2018.

Mansani, T. (2015). “O campo de golfe da discórdia”. In. *Carta Capital*. 11 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/o-campo-de-golfe-da-discordia-5667.html>. Acesso em 07/09/2018.

Marina Silva 18 (2018). “Diretrizes do programa: Presidente Marina Silva, vice Eduardo Jorge”. Agosto de 2018. Disponível em: <https://marinasilva.org.br/wp-content/uploads/2018/08/MS18-Diretrizes-Marina-Edu.pdf>. Acesso em 11/09/2018.

Martín, M. (2014). “Abstenção é a mais alta desde 1998”. In *El País*. 7 de outubro de 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/07/politica/1412713399_211493.html. Acesso em 25/08/2018.

Molina, F. (2018). “Argentina acerta com FMI um resgate de 50 bilhões de dólares”. In. *El País*. 9 de junho de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/07/economia/1528397739_638132.html. Acesso em 19/08/2018.

Netto, R. (2018). “Bolsonaro diz que vai tirar Brasil da ONU se for eleito presidente”. In. *GL*. 18 de agosto de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/18/bolsonaro-diz-que-vai-tirar-brasil-da-onu-se-for-eleito-presidente.ghtml>. Acesso em 12/09/2018.

O Globo (2013). “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”. 31 de agosto de 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em 02/09/2018.

Paulo, P. (2016) “Manifestantes fazem protesto contra Lula na Avenida Paulista.” In *GL*. 4 de março de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/manifestantes-fazem-protesto-contralula-na-avenida-paulista.html>. Acesso em 10/09/2018.

Pinto, A. E. (2017). “71% dos brasileiros são contra reforma da Previdência, mostra Datafolha.” In. *Folha de São Paulo*. 1º de maio de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/05/1880026-71-dos-brasileiros-sao-contrareforma-da-previdencia-mostra-datafolha.shtml>. Acesso em 01/09/2018.

Rossi, M. e Betim, F. (2015). “Em protesto anti-Dilma, Sergio Moro vira herói e Renan é vaiado nas ruas.” In. *El País*. 17 de agosto de 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/17/politica/1439766325_619975.html. Acesso em 10/09/2018

Rossi, M., Betim, F. e Segalla, V. (2017). “De liberais anticorrupção a guardiões da moral: a metamorfose do MBL”. In. *El País*. 2 de outubro de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/politica/1506459691_598049.html. Acesso em 10/09/2018.

Rossi, A e Sanches, M (2018). “Eleições 2018: Lula líder entre jovens, Bolsonaro à frente no Centro-Oeste e Norte e outros 9 destaques das pesquisas eleitorais.” In. *BBC*. 23 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45278975>. Acesso em 28/08/2018.

Sanburn, J. (2011). “Square roots: how public spaces helped mold the Arab Spring”. In *Time*. 17 de maio de 2011. <http://content.time.com/time/world/article/0,8599,2071404,00.html> Acesso em 06/08/2018.

The Economist (2008b). “Capitalism at bay”. In. *The Economist*. 16 de outubro de 2008. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2008/10/16/capitalism-at-bay>. Acesso em 22/07/2018.

Toledo, J. R., Burgarelli, R. e Bramatti, D. (2014). “Doações de campanha somam R\$ 1 bi, das quais metade vem de 19 empresas.” In. *O Estado de São Paulo*. 15 de setembro de 2014. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,doacoes-de-campanha-somam-r-1-bi-das-quais-metade-vem-de-19-empresas-imp-,1560289> Acesso em 05/09/2018.

Valcke, J. (2013). "Valcke diz que democracia atrapalha copa". In. *O Globo*. 25 de abril de 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/copa-das-confederacoes/valcke-diz-que-democraciaatrapalha-copa-8207484>. Acesso em 06/09/2018.

Zabala, S. (2017). “The difference between right and left-wing populism.” In. *Al Jazeera*. 17 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2017/01/difference-left-wing-populism-170112162814894.html>. Acesso em 21/06/2018.

Zanlorenssi, G.; Almeida, R.; Nunes, F. (2018). “A genealogia e o perfil dos partidos brasileiros.” In. *Nexo Jornal*. 16 de julho de 2018. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/especial/2018/07/16/A-genealogia-e-o-perfil-dos-partidos-brasileiros?utm_campaign=Echobox&utm_medium=Social&utm_source=Facebook#Echobox=1531785123. Acesso em 04/09/2018.

Revistas semanais

Editora Abril (1987). *O Aviso dos Tanques*. Revista Veja, 18 de março de 1987.

_____ (2015a). *O Juiz Moro Vê mais Longe*. Revista Veja. 6 de maio de 2015.

_____ (2015b). *Os “Chaves de Cadeia” que Cercam Lula*. Revista Veja. 4 de novembro de 2015.

_____ (2015c). *Ele Salvou o Ano*. Revista Veja. 30 de dezembro de 2015.

_____ (2016a). *O Desespero da Jararaca*. Revista Veja. 16 de março de 2016.

_____ (2016b). *Revista Veja*, Edição 2496. 21 de setembro de 2016.

_____ (2017a). *Acabou*. Revista Veja. 26 de abril de 2017.

_____ (2017b). *O Primeiro Encontro Cara a Cara: Moro X Lula*. Revista Veja. 10 de maio de 2017.

Newsweek (2009). *We are All Socialists Now: the Perils and Promise of the New Era of Big Government*. 16 de fevereiro de 2009.

Vídeos

Bolsonaro, J. [Roda Viva]. (2018, 30 de julho). *Roda viva: Jair Bolsonaro*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0>. Acesso em 12/09/2018.

Globo (2016, 24 de maio). *Ouçá alguns trechos do áudio em que Jucá fala em deter a operação Lava-Jato*, 24/05/2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5044228/>. Acesso em 02/09/2018.

Globo (2017, 17 de março). *Jornal Nacional: edição de sexta-feira*. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5733897/>. Acesso em 02/09/2018.

Mello, F. C. [Ricardo Noblat]. (2010, 22 de maio). “Sem direita nem esquerda – campanha de Fernando Collor para presidente, 1989. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bda2hEt8xPU> Acesso em 30/08/2018.

Saramago, J. [Nossa Época]. (2016, 20 de fevereiro). *Onde está a democracia?*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nFFaJy4I-Xw>. Acesso em 20 de abril de 2018.

Relatórios e fontes oficiais

Amnistia Internacional (2017). *Informe 2016/17: O Estado dos Direitos Humanos no Mundo*. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/pol10/4800/2017/bp/>. Acesso em 29/04/2018.

Amnistia Internacional (2018). *Informe 2017/8: O Estado dos Direitos Humanos no Mundo*. Disponível em: <https://anistia.org.br/entre-em-acao/carta/informe-anual-20172018-o-estado-dos-direitos-humanos-mundo/>. Acesso em 29/04/2018.

Brasil (2014). “Dilma Rousseff é reeleita presidenta do Brasil”. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/editoria/cidadania-e-inclusao/2014/10/dilma-rousseff-e-reeleita-presidenta-do-brasil>. Acesso em 04/09/2018.

Banco Mundial (2017). *Governance and the Law*. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2017>. Acesso em 06/05/2018.

Banco Mundial (2018). “Tcdata360.” Disponível em: <https://tcdata360.worldbank.org/>. Acesso em: 25/08/2018.

Câmara dos Deputados (2015). “Frente parlamentar evangélica no Congresso Nacional”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53658>. Acesso em 10/09/2018.

Freedom House (2017). *Nations in Transit 2017*. Disponível em <https://freedomhouse.org/report/nations-transit/nations-transit-2017>. Acesso em 03/02/2018.

Freedom House (2018). *Freedom in the World 2018*. Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2018>. Acesso em 03/02/2018.

IBGE (2010). “Censo 2010”. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=2170&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espiritas-sem-religiao&view=noticia>. Acesso em 10/09/2018.

IDEA (2016) – *Voter’s Turnout Trends Around the World*. Disponível em: <https://www.idea.int/sites/default/files/publications/voter-turnout-trends-around-the-world.pdf>. Acesso em 30/04/2018.

Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (2018). “Manchetômetro”. Disponível em: <http://www.manchetometro.com.br/index.php/analises-facebook/>. Acesso em 10/09/2018.

Latinobarómetro (2017). *Informe 2017*. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>. Acesso em 25/04/2018.

OCDE (2017). *Government at a Glance 2017*. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1787/gov_glance-2017-en. Acesso em 23/03/2018.

Repórteres sem Fronteiras – RSF (2017). *Media Ownership Monitor*. Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/concentracao/>. Acesso em 01/09/2018.

The Economist (2008a). *The Economist Intelligence Unit's Democracy Index 2008*: <http://graphics.eiu.com/pdf/democracy%20index%202008.pdf>. Acesso em 02/03/2018.

The Economist (2017). “Declining trust in government is denting democracy.” Disponível em: <https://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2017/01/daily-chart-20> Acesso em 06/04/2018.

The Economist (2018). *The Economist Intelligence Unit's Democracy Index 2017*. Disponível em: https://pages.eiu.com/rs/753-RIQ-438/images/Democracy_Index_2017.pdf. Acesso em 02/03/2018.

Tribunal Superior Eleitoral (2018a). “Estatísticas eleitorais.” Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais?busca=2016>. Acesso em: 20/08/2018.

Tribunal Superior Eleitoral (2018b). “Partidos políticos registrados no TSE. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Acesso em 04/09/2018.

UNESCO (1997). *Universal Declaration on Democracy*. Disponível em: https://www.ipu.org/sites/default/files/documents/en_-_ddeclaration-web1.pdf. Acesso em 10/01/2018.

ANEXOS

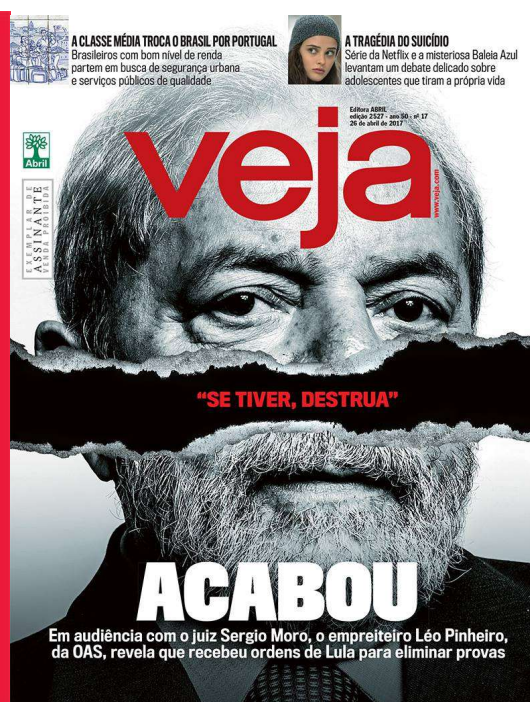
Anexo 1: Newsweek, fevereiro de 2009



Anexo 2: Revista Veja: capa de 10 de maio de 2017



Anexo 3: Seleção de capas da revista Veja sobre Lula da Silva



Anexo 4: Seleção de capas da revista Veja sobre Sérgio Moro



Anexo 5: O pano de fundo para a divulgação de escutas telefônicas na Rede Globo



Globo (2016). Jornal Nacional – Edição de Sexta-Feira, 17/03/2016.

WWW.ISCSP.ULISBOA.PT